DIARIO OFFICIAL

REPUBLICA FEDERAL

ORDEN E PROGRESSO

ANNO XXXII-5.º DA REPUBLICA - N 244

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA 6 DE SETEMBRO DE 1893

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

DECRETO N. 166 - DE 31 DE AGOSTO DE 1893

Concede a Luiza Guilhermina de Campos e Anna Julia de Campos a reversão da parte que cabia á sua irmã Emilia Adelaide de Miranda Ribeiro na pensão de que as mesmas gosavam repartidamente.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' concedida repartidamente a Luiza Guilhermina de Campos e Anna Julia de Campos a reversão da parte da pensão de que gosavam, tambem repartidamente, com sua irmã Emilia Adelaide de Miranda Ribeiro, fallecida, pelo decreto n. 2830 de 22 do março de 1879.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.

DECRETO N. 169 - DE 31 DE AGOSTO DE 1893

Publica a resolução do Congresso Nacional prorogando a actual sessão legislativa até 15 do setembro proximo futuro

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional, na conformidade do disposto no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, resolveu prorogar a actual sessão legislativa até o dia 15 de setembro proximo futuro.

Capital Federal, 31 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO:

Fernando Lobo.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 1512 - DE 1º DE SETEMBRO DE 1893.

Approva as instruções para as eleições federaes a que se ha de proceder em 30 de outubro proximo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Para boa execução do disposto no art. 34 da Lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892 serão observadas as instruções que com este baixam, assignadas pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 1 de setembro de 1893.

FLORIANO PEIXOTO:

Fernando Lobo.

Instruções para as eleições federaes a que se tem de proceder no dia 30 de outubro proximo, em conformidade do disposto no art. 34 da Lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892.

Art. 1.º A eleição de senador será feita por Estado, votando o eleitor em um só nome para substituir o senador cujo mandato houver terminado. (L. n. 35, art. 35.)

Art. 2.º Nos Estados onde tiver occorrido vaga por qualquer outro motivo, a eleição será feita na mesma occasião, votando o eleitor separadamente para cada uma das eleições. (L. n. 35, art. 35, § unico.)

Art. 3.º Para a eleição de deputados será observada a divisão dos districtos eleitoraes estabelecida no decreto legislativo n. 153 de 3 de agosto deste anno, não comprehendidos os Estados do Amazonas, Piahy, Parahyba, Sergipe, Espirito-Santo, Paraná, Santa Catharina e Matto-Grosso, visto constituir cada um delles um só districto nos termos do art. 36 § 1º da lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892.

Art. 4.º O eleitor votará em dous nomes, correspondentes aos dous terços do numero de deputados que deve dar cada districto eleitoral. (L. n. 35, art. 36 § 3º.)

Art. 5.º Nos districtos eleitoraes, cujas sedes foram capitães de Estado e que tiverem quatro ou cinco deputados, o eleitor votará em tres nomes, e o mesmo se observará no 2º districto eleitoral do Districto Federal por encerrar maior numero de eleitores. (L. n. 35, art. 36, § 2º.)

Art. 6.º Cada Estado dará o numero de deputados seguinte:

O Estado do Amazonas	4
O do Pará	7
O do Maranhão	7
O do Piahy	4
O do Coarã	10
O do Rio Grande do Norte	4
O da Parahyba	5
O de Pernambuco	17
O das Alagoas	6
O de Sergipe	4
O da Bahia	22
O do Espirito Santo	4
O do Rio de Janeiro	17
O de S. Paulo	22
O do Paraná	4
O de Santa Catharina	4
O do Rio Grande do Sul	16
O de Minas Geraes	17
O de Goyaz	4
O de Matto Grosso	4
O Districto Federal	10
Total	212

(De'r. n. 511 de 23 de junho de 1891, art. 6.º; Constituição, art. 26, § 1.º; Lei n. 35, art. 63.)

Art. 7.º Votará nas eleições para senadores e deputados todos os cidadãos brasileiros, maiores de 21 annos, qualificados e alistados de conformidade com as leis em vigor.

§ 1.º Entendem-se comprehendidos nesta disposição não só os eleitores qualificados segundo o processo estabelecido nas Leis ns. 35 de 26 de janeiro e 69 de 1º de agosto de 1892, mas tambem os alistados conforme o Decreto n. 200 A de 8 de fevereiro de 1890 e a Lei n. 3029 de 9 de janeiro de 1891. (Lei n. 35, arts. 1, 22 e 31.)

§ 2.º Os cidadãos assim qualificados, apôzar de não incluídos no ultimo alistamento, serão admitidos a votar, exhibindo os respectivos titulos perante a mesa eleitoral da secção que comprehender o quarteirão onde se achavam alistados, segundo as declarações constantes dos mesmos titulos, salvo se tiverem sido eliminados do alistamento por decisão fundada em alguma das causas especificadas nos arts. 71 e 72 § 2º da Constituição da Republica. (Decreto n. 618 de 9 de agosto de 1892.)

§ 3.º Nos municipios ou secções em que não tiver havido alistamento de acôrdo com as Leis ns. 35 e 69 citadas, far-se-ha a chamada dos eleitores pelo alistamento effectuado segundo o Decreto n. 200 A de 8 de fevereiro de 1890 e na falta deste pela ultima revisão realisada em virtude da Lei n. 3029 de 9 de janeiro de 1891.

Art. 8.º As eleições serão feitas por secções de municipio, que não deverão contar mais de 250 eleitores. (Lei n. 35, art. 33.)

Art. 9.º Nos municipios em que não se deu cumprimento ás disposições do art. 39 da Lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892, por não ter havido alistamento ou por ter sido este iniciado de acôrdo com a Lei n. 69 em época diversa da marcada nos arts. 3º e 4º da citada Lei n. 35 e supprimido o alistamento do ultimo anno da legislatura, immediatamente que tiver conhecimento destas instruções, o presidente da commissão municipal procederá a divisão do municipio em secções convenientes, cada uma das quaes não conterá numero de eleitores superior ao marcado no artigo anterior e as numerará ordinalmente.

§ 1.º O mesmo presidente designará os edificios onde hão de funcionar as mesas eleitoraes, distinguindo-os pelos numeros

das secções, assim por exemplo:— 1ª secção, paço do conselho municipal; 2ª secção, escola publica de...; 3ª secção, casa de morada do Sr. F... no lugar de...; 4ª secção, edificio tal; etc.; e publicará por editaes essa divisão, especificando todas as indicações necessarias.

§ 2.º A numeración das secções e designação dos edificios assim publicadas não mais poderão ser alteradas até a eleição, salvo quanto á designação dos edificios, quando estes não possam mais servir, por força maior provada, caso em que se fará a nova designação, que se tornará publica por edital pela imprensa, no lugar mais proximo.

§ 3.º A nova designação de edificio a que se refere o paragrapho anterior, por força maior provada, será feita pelo presidente da commissão municipal si a dita força se verificar mais de oito dias antes do marcado para a eleição, de sorte que se possa tornal-a publica por editaes.

§ 4.º A prova da força maior será feita por qualquer genero dellas, como sejam: vistoria por peritos, de plano e sem formalidades forenses, além do exame e laudo dado por escripto, datado e assignado; depoimentos de testemunhas dignas de fé, que sejam eleitores e maiores de toda a excepção; attestações de pessoas que occupem cargos officiaes, quer de eleição popular quer de nomeação do Governo.

§ 5.º Os peritos serão nomeados e os depoimentos tomados pelo presidente da commissão municipal ou, em caso de urgencia, pelo presidente da respectiva secção eleitoral. Entende-se *caso urgente* o que se der tão proximo aos oito dias a que se refere o art. 39 § 1.º *in fine* da lei, que o edital não possa ser affixado com esse prazo.

(L. n. 85, art. 39 e Instr. annexas ao decreto n. 760 de 16 de março de 1892, art. 2.º, letras a, b e c.)

Art. 10. Quando o dito presidente, até cinco dias antes da eleição não tiver publicado o edital com a designação dos edificios, qualquer dos membros eleitos para fazer parte das mesas eleitoraes poderá fazel-o, devendo tal designação prevalecer em relação a qualquer outra que posteriormente se faça. (L. n. 35, art. 39 § 3.º)

Art. 11. Em cada secção de municipio haverá uma mesa eleitoral encarregada do recebimento das cedulas, apuração dos votos e mais trabalhos inherentes ao processo. (L. n. 35 art. 40, pr.)

§ 1.º Vinte dias antes da eleição, o presidente do Governo ou conselho municipal, e na sua falta qualquer outro membro do mesmo Governo ou conselho, ou o secretario fará a convocação dos outros membros e seus immediatos em votos, por meio de editaes e cartas officiaes, convidando-os a se reunir dentro de 10 dias no paço municipal, afim de elegerem os membros das mesas eleitoraes. (L. n. 35 art. 40 § 2.º e Instr. annexas ao Decr. n. 760 art. 2.º, letra D.)

§ 2.º Reunidos no dia designado, proceder-se-ha á eleição das mesas, votando cada um dos membros presentes, em lista aberta e assignada, em quatro nomes escolhidos de entre os eleitores do municipio, conforme o alistamento que tiver sido feito por ultimo. (Lei n. 35, art. 6.º)

§ 3.º Serão declarados membros effectivos das mesas o 1.º, 2.º, 3.º, 5.º, e 6.º mais votados, e supplementes o 4.º, 7.º e 8.º, decidindo a sorte em caso de empate. (Lei n. 35, art. 6.º § 1.º e art. 40 § 1.º e Lei n. 69 art. 1.º)

§ 4.º A eleição de que tratam os dois ultimos paragraphos se procederá, ainda que não esteja completo o numero dos cidadãos convocados, com tanto que se achem presentes pelo menos cinco. Na falta deste numero os presentes convidarão tantos eleitores quantos sejam precisos para completal-o. (Lei n. 35, art. 6 § 3.º)

§ 5.º Terminada a eleição das mesas, o presidente fará lavrar uma acta no livro das sessões ordinarias do governo ou conselho municipal, na qual serão mencionados os nomes dos mesarios eleitos, devendo ella ser assignada por quantos tomarem parte na eleição e pelos cidadãos que o quizerem. (Lei n. 35, art. 40 § 4.º)

Art. 12. Vinte dias antes tambem da eleição o presidente da commissão municipal mandará affixar editaes e publicar-os pela imprensa, convidando os eleitores a dar o seu voto, declarando o dia, lugar e hora da eleição e o numero dos nomes que o eleitor deve incluir em sua cedula. (Lei n. 35, art. 39 § 2.º)

Art. 13. O resultado da eleição das mesas será immediatamente publicado e notificado por carta aos mesarios eleitos, tanto effectivos como supplementes.

Art. 14. O presidente da commissão municipal fará em tempo extrahir cópias authenticas do alistamento das secções, segundo a divisão feita, para serem remettidas ao presidente das respectivas mesas no dia immediato ao da sua eleição.

Outrosim fará remetter ao presidente da mesa os livros, urnas e mais objectos necessarios a eleição.

Paragrapho unico. A remessa daquellas copias será feita pelo correio sob registro, ou por official de justiça, cumprindo áquelle a quem for entregue accusar o recebimento. (Lei n. 35, art. 41.)

Art. 15. Quando, até oito dias antes da eleição, o presidente da mesa não tiver recebido a cópia do alistamento referente á sua secção, poderá qualquer dos membros della requisital-a do secretario do governo municipal, que, sob pena de responsabilidade, satisfará immediatamente a requisição. (Lei n. 35, art. 42.)

Art. 16. O presidente da mesa eleitoral providenciará sobre o mais que faltar e mandará, por um eleitor, que lhe servirá de

secretario, lavrar os competentes termos de abertura e de encerramento, em livros que serão numerados e rubricados pelo mesmo presidente quando taes livros não forem fornecidos, devendo tudo constar da respectiva acta.

Art. 17. Os membros das mesas eleitoraes reunir-se-hão no dia da eleição ás 9 horas da manhã, no lugar designado, e elegendo, á pluralidade de votos, o seu presidente e secretario, aquella designará de entre os demais membros os que devem fazer a chamada dos eleitores, receber as listas e examinar os titulos, lavrando o secretario immediatamente a acta em livro proprio, aberto, numerado, rubricado e encerrado pelo presidente do governo municipal.

A eleição começará e terminará no mesmo dia.

§ 1.º Proceder-se-ha á eleição sempre que comparecerem tres membros dos que compõem a mesa, sejam estes effectivos ou supplementes.

Si até á occasião de proceder-se á apuração não tiverem comparecido mais dous mesarios, convidará a mesa um ou dous dos eleitores presentes, afim de occupar o lugar ou logares vagos.

§ 2.º Não se podendo realizar a organização da mesa eleitoral até ás 10 horas do dia, não terá lugar a eleição.

§ 3.º Installada a mesa, terá começo a chamada dos eleitores pela ordem em que estiverem na respectiva cópia do alistamento.

A falta dessa cópia de alistamento, porém, não impedirá o recebimento das cedulas dos eleitores que comparecerem e exhibirem os seus titulos devidamente legalizados.

§ 4.º O eleitor não poderá ser admittido a votar sem apresentar o seu titulo, não podendo, em caso algum, exhibido este, lhe ser recusado o voto, nem tomado em separado, excepção dos casos previstos no § 13, n. 1 deste artigo.

No dia da eleição, si nenhum dos mesarios houver ainda recebido a cópia do alistamento, a eleição se realisará, fazendo-se a chamada por qualquer cópia, que será posteriormente authenticada, ou mesmo, na falta de cópia, se procederá á eleição sem chamada, sendo admittidos a votar todos os eleitores que se apresentarem munidos de seus titulos.

§ 5.º O recinto em que estiver a mesa eleitoral será separado do resto da sala por um gradil, proximo daquella, para que seja possível aos eleitores presentes fiscalisarem de fora do recinto todo o processo eleitoral; dentro do recinto e junto aos mesarios estarão os fiscaes dos candidatos.

§ 6.º A eleição será por escrutinio secreto. A urna se conservará fechada a chave, emquanto durar a votação.

§ 7.º As cedulas que tiverem nomes em numero inferior ao que deverem conter, serão, não obstante, apuradas.

Das que contiverem numero superior, serão desprezados os nomes excellentes, guardada a ordem em que os mesmos estiverem collocados.

§ 8.º Antes da chamada, a urna será aberta e mostrada ao eleitorado, para que verifique estar vazia.

§ 9.º O eleitor, logo que tenha depositado na urna duas cedulas em involucros distinctos, uma para deputados e outra para senador, assignará o livro de presença, aberto, numerado rubricado e encerrado pelo presidente da commissão municipal.

§ 10. Terminada a chamada, o presidente fará lavrar um termo de encerramento em seguida á assignatura do ultimo eleitor, no qual será declarado o numero dos que houveram votado.

§ 11. O eleitor que comparecer depois de terminada a chamada e antes de começar-se a lavrar o termo de encerramento no livro de presença, será admittido a votar.

Nessa occasião votarão os mesarios que não tiverem seus nomes incluídos na lista da chamada, por acharem-se alistados em outra secção.

§ 12. Lavrado o termo de encerramento no livro de presença, passar-se-ha á apuração pelo modo seguinte: aberta a urna pelo presidente, contará este as cedulas recebidas, e depois de annunciar o numero dellas, as emmassará, recolhendo-as, logo após, á dita urna. Em seguida, o escrutador, que assentar-se á direita do presidente, tirará da urna uma cedula, desdobral-a-ha, lendo-a e passando-a ao presidente, que, depois de lel-a, passal-a-ha ao outro escrutador á sua esquerda, o qual a lerá em voz alta, sendo pelos outros mesarios, como secretarios, tomada a apuração, fazendo em voz alta a addição dos votos que tocarem aos nomes que se forem lendo.

§ 13. Embora não se ache fechada por todos os lados alguma cedula, será, não obstante, apurada.

I. Serão apuradas em separado as cedulas que contiverem alteração por falta, augmento ou suppressão de sobrenome ou appellido do cidadão votado, ainda que se refira visivelmente a individuo determinado.

II. Não serão apuradas as cedulas:
a) quando contiverem nome riscado ou substituído; declaração contraria á do rotulo; ou quando não houver indiação no involucro.

b) quando se encontrar mais de uma dentro de um só involucro, quer sejam escriptas em papeis separados, quer uma dellas no proprio involucro.

As cedulas e involucro a que se referem os ns. I e II deste paragrapho, devidamente rubricados pelo presidente da mesa, serão remettidos ao poder competente com as respectivas actas.

§ 14. Terminada a apuração das cedulas, o presidente fará escrever em resumo o resultado da eleição, designando-se os

nomes dos cidadãos votados e o numero de votos, em tantos exemplares quantos forem os mesarios e os fiscaes, os quaes serão rubricados pelos mesarios e fiscaes, entregando-se um exemplar a cada um.

§ 15. O presidente, em seguida, proclamará o resultado da eleição pela lista de apuração, procedendo a qualquer verificação, si alguma reclamação for apresentada por mesario, fiscal ou eleitor, e fará lavrar a acta no livro proprio, a qual será assignada pelos mesarios, fiscaes e eleitores que quizerem.

§ 16. Os candidatos que disputarem a eleição poderão nomear cada um o seu fiscal, que tomará assento na mesa eleitoral, e terá direito de exigir da mesma, concluida a apuração e antes de lavrar-se a acta dos trabalhos, um boletim assignado pelos mesarios, contendo os nomes dos candidatos, os votos recebidos e o numero de eleitores que tiverem comparecido á eleição.

Estes boletins, com as firmas dos mesarios reconhecidas por notario publico, poderão ser apresentados na apuração geral da eleição, para substituir a acta.

A nomeação do fiscal será feita em officio dirigido á mesa, e assignado pelos candidatos ou seus procuradores, devendo ser entregue no acto da installação da mesa.

§ 17. Sempre que um grupo de trinta eleitores, pelo menos, da secção inflar á mesa, em documento assignado, o nome de qualquer eleitor para fiscal da eleição, deverá este ser admittido na mesa, gozando dos direitos conferidos aos fiscaes dos candidatos.

§ 18. Na acta da eleição deverão ser transcriptos os nomes dos cidadãos votados, com o numero de votos que obtiver cada um, sendo escriptos estes em ordem numerica.

Da mesma acta constará:

- a) o dia da eleição e a hora em que teve começo;
- b) o numero dos eleitores que não tiverem comparecido;
- c) o numero de cédulas recebidas e apuradas promiscuamente, para cada eleição;
- d) o numero das recebidas e apuradas em separado, com declaração dos motivos, os nomes dos votados e os dos eleitores que dellas forem portadores;
- e) os nomes dos mesarios que não assignarem a acta, declarando-se o motivo;
- f) os nomes dos cidadãos que assignarem no livro de presença pelos eleitores que o não puderem fazer;
- g) todas as occorrenças que se derem no processo da eleição.

§ 19. Qualquer dos mesarios poderá assignar-se — vencido — na acta, dando os motivos; no caso de não querer a maioria da mesa assignar-lhe, deverão fazel-o os demais mesarios e os fiscaes, que convidarão para isso os eleitores que o quizerem.

§ 20. Cada fiscal terá o direito de tirar cópia da acta, subste-revendo-a o presidente e os mesarios.

Finda a eleição e lavrada a acta, será esta immediatamente transcripta no livro de notas do tabellião ou outro qualquer serventuario de justiça ou escripto *ad hoc* nomeado pela mesa, o qual dará certidão a quem a pedir.

a) a transcripção da acta por escripto *ad hoc* será feita em livro especial, aberto pelo presidente da commissão seccional e rubricado por um dos membros da minoria;

b) a distribuição dos tabelliões e serventuarios de justiça para servirem nas commissões seccionaes incumbem ao presidente da commissão municipal, o qual fará publico por edital, com antecedencia de dez dias, pelo menos;

c) a transcripção da acta deverá ser assignada pelos membros da mesa, fiscaes e eleitores presentes que o quizerem.

§ 21. Qualquer eleitor da secção e bom assim os fiscaes poderão offerer protestos por escripto, relativamente ao processo da eleição, passando-se recibo ao protestante.

Esses protestos serão rubricados pela mesa que, contra-protestando eu não, appoçal-os-ha á cópia da acta, que será remetida á junta apuradora.

§ 22. A mesa fará extrahir quatro cópias da acta e das assignaturas dos eleitores no livro de presença, as quaes, de dois de assignadas pelos mesarios e concertadas por tabellião ou qualquer serventurio de justiça ou escripto *ad hoc*, serão enviadas ao secretario da Camara dos Deputados, ao do Senado, e aos presidentes das juntas apuradoras.

§ 23. A mesa funcionará sob a direcção do presidente, a quem cumpre, de accordo com os mesarios, resolver as questões que se suscitarem; regular a policia no recinto da assembleia, fazendo retirar os que perturbarem a ordem, prender os que commetterem crime, lavrar o respectivo auto, remetendo immediatamente com o auto o delinquente á autoridade competente.

Não serão permittidas aos mesarios discussões prolongadas.

§ 24. A substituição dos mesarios que faltarem far-se-ha independente de aviso ou communicação dos impadidos, desde que constar aos substitutos a falta de qualquer membro effectivo. Na falta dos supplentes os membros presentes nomearão quem os substitua de entre os eleitores da secção.

§ 25. A eleição e apuração não deverão ser interrompidas sob qualquer pretexto.

§ 26. É expressamente prohibida a presença de força publica dentro do edificio em que se proceder á eleição e em suas immediações, sob qualquer fundamento, ainda mesmo a requisição da mesa, para manter a ordem.

§ 27. Si a mesa não aceitar os protestos de que trata o § 21, poderão estes ser lavrados no livro de notas do tabellião, dentro de 24 horas após a eleição.

§ 28. Os livros e mais papeis concernentes á eleição devem ser remettidos no prazo de dez dias, ao presidente do governo municipal, afim de serem recolhidos ao archivo da municipalidade. (L. n. 35, art. 43).

Art. 18. O presidente do governo municipal fornecerá todos os livros necessarios para as eleições, correnlo por conta da União as despesas, que com elles e mais aprestos se fizer. (L. n. 35, art. 61).

Art. 19. As mesas eleitoraes teem competencia para lavrar auto de flagrante delicto contra o cidadão que votar, ou tentar fazel-o com titulo que não lhe pertença, e para apprehender o titulo suspeito; devendo livrar-se solto, independentemente de fiança o delinquente, logo que estiver lavrado o auto, que será remettido, com as provas do crime, á auctoridade competente. (L. n. 35, art. 65).

Art. 20. Trinta dias depois de finda a eleição, reunidos, na sala das sessões do governo municipal nas capitães dos Estados, para a apuração da eleição de senador, e nas sé les das circumscripções electoraes para a de deputados, bem como na do governo municipal do Distrito Federal para ambas as apurações, o presidente do mesmo governo, os cinco membros mais votados e os cinco immediatos ao menos votado, proceder-se-ha á apuração geral dos votos de cada uma das eleições.

§ 1.º O dia, logar e hora para a apuração serão pelo dito presidente annunciados pela imprensa e por edital affixado na porta do edificio da municipalidade, com antecedencia de tres dias, pelo menos, sendo convidados todos os que devem tomar parte neste trabalho.

§ 2.º A apuração deverá terminer dentro de 20 dias da data do começo dos trabalhos, e se fará pelas authenticas recibidas e pelas certidões que forem apresentadas por qualquer eleitor desde que nenhuma davela offerecerem, lavrando-se, diariamente, uma acta, em que se fará a exposição resumida do trabalho do dia, designando-se o total da votação de cada cidadão.

§ 3.º As sessões da junta apuradora serão publicas e os eleitores que comparecerem e os fiscaes, em qualquer numero, que forem perante ellas apresentados pelos candidatos, poderão assignar as actas.

§ 4.º Installada a junta, o presidente fará abrir os officios recebidos, e, mandando contar as authenticas, designará, um dos membros para proceder á leitura e dividirá por letras entre os demais os nomes dos cidadãos votados, para que, com tola a regularidade, se proceda á apuração, que será feita em voz alta.

§ 5.º Não se realizando a reunião da junta no dia marcado, o presidente designará o dia immediato, fazendo publico por edital, que sempre será publico na imprensa, existindo esta.

§ 6.º A junta apuradora cubo somente sommar os votos constantes das authenticas, devendo, tolyria, mencionar na acta, qualquer davela que tenha sobre a organização de alguma mesa de secção eleitoral, bem como, expressamente, os votos obtidos pelos candidatos nessa secção.

Outrosim, deverão ser declarados na acta, além de todas as occorrenças, os motivos pelos quaes a junta for levada a apurar os votos tomados em separado pelas mesas seccionaes.

§ 7.º Em caso de duplicata, deverá a junta apurar somente os votos da lous na eleição que tiver sido feita no logar previamente designado.

§ 8.º Terminada a apuração, serão publicados os nomes dos cidadãos votados, na ordem numerica dos votos recebidos, e lavrada a acta, em que se mencionará, em resumo, todo o trabalho da apuração, as representações, reclamações ou protestos que forem apresentados perante a junta ou perante as mesas seccionaes, com declaração dos motivos em que se fundarem.

§ 9.º Da acta geral da apuração de qualquer eleição serão extrahidas as cópias necessarias, as quaes, depois de assignadas pela junta apuradora, serão remettidas: uma ao ministro do interior, tratandol-se da eleição do Distrito Federal, ou ao governador, nos Estados; u na á secretaria da Camara ou do Senado, e uma a cada um dos eleitos, para lhe servir de diploma.

Essas cópias poderão ser impressas, devendo todavia, ser concertadas e assignadas pelos membros da junta. (Lei n. 35, art. 44).

Art. 21. A pluralidade relativa dos votos decidirá da eleição; no caso de empate, consilivar-se-ha eleito o mais velho. (Lei n. 35, art. 45).

Art. 22. Os requerimentos e documentos para fins eleitoraes, são isentos de sello e de quaisquer direitos o gratuito o reconhecimento da firma. (Lei n. 35, art. 53).

Art. 23. O trabalho eleitoral prefere a qualquer serviço publico, sendo considerado feriado o dia das eleições.

DECRETO N. — DE 4 DE SETEMBRO DE 1892

Declara que a graduação do posto de tenente-coronel, conferida por decreto de 4 de novembro de 1891 ao major de infantaria Braz Abrantes, hoje tenente-coronel effectivo, deve ser considerada de 21 de março do mesmo anno.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil Faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sacciono a seguinte resolução ;

Art. 1.º A graduação do posto de tenente-coronel, conferida por decreto de 4 de novembro de 1891, ao major de infantaria Braz Abrantes, hoje tenente-coronel effectivo, deve ser considerada de 21 de março do mesmo anno, data em que ella lhe caberia como chefe de classe, si se tivesse então attendido a differença de um para menos existente no principio de antiguidade.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O general de divisão Antonio Enéas Gustavo Galvão assim o faça executar.

Capital Federal, 4 de setembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Antonio Enéas Gustavo Galvão.

DECRETO N. 1534—DE 31 DE AGOSTO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, na comarca de Caravellas, no estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Caravellas, no estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 149º; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.

DECRETO N. 1536 — DE 31 DE AGOSTO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Chique-Chique, no estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Chique-Chique, no estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 148º, o qual será organizado com os guardas qualificados no districto de Casa Nova; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Na publicação do *Diario Official* de hontem relativa ao veto opposto pelo Sr. Vice-Presidente da Republica ao decreto do Congresso Nacional que estabelece providencias sobre a apuração da eleição presidencial, deu-se um engano de direcção nos actos deste ministerio, devendo lêr-se—presidente da Camara dos Deputados, onde lê-se—presidente do Senado, e vice-versa.

Directoria da Justiça

Por decretos de 31 de agosto ultimo, foram nomeados para a guarda nacional:

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Comarca de S. João do Cahy

Estado-maior — Tenente-cirurgião, Oscar Fiehl;

Alferezes-secretario, Manoel Appolinario Pereira de Moraes;

Alferezes porta-estandarte, Miguel Dihl, Gaudencio Alves Garcia e João Dario Ramos.

1ª companhia—Capitão, Estevão Schanns;

Tenente, Honorio de Oliveira Mendes;

Alferezes, Militão Antonio de Mattos.

2ª companhia — Tenente, Affonso Fragozo Bandeira;

Alferezes, Nicoláo Dihl e Manoel Paulino da Cruz.

3ª companhia—Capitão, Pedro Matzemberker;

Tenente, Honorio Luiz da Cruz.

4ª companhia—Alferezes, Taurino Faustino da Cruz e Luiz Hevenisch.

5ª companhia—Tenente, Mathias Keiber;

Alferezes, Silvio Antonio de Almeida.

6ª companhia—Capitão, Ignacie Garcia de Azevedo;

Tenente, Eugenio da Cruz Moraes;

Alferezes, Libino Lopes Duarte e João Bueno Cruz.

7ª companhia—Alferezes, João Rodrigues da Rosa e Julio de Azevedo Cruz.

8ª companhia—Capitão, Francisco Antonio Alves;

Tenente, Bernardino Francisco das Chagas;

Alferezes, Izaias Antonio Alves e João Evangelista dos Santos.

ESTADO DE SANTA CATHARINA

Comarca da capital

1º batalhão da reserva

2ª companhia — Tenente, Augusto Bruggmann.

3ª companhia — Capitão, José Nuzes Louzada.

DECRETO N. 1537—DE 31 DE AGOSTO DE 1893

Reorganisa a guarda nacional da capital do estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. A guarda nacional da capital do estado da Bahia se comará de um commando superior organizado com os actuaes 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 140º e 147º batalhões de infantaria, e 1º, 2º e 28º da reserva, com quatro companhias cada um, 1º corpo de cavallaria elevado a regimento, com quatro esquadroes e a designação de 27º, dos 1º e 2º batalhões de artilharia de posição, com quatro baterias cada um, e mais dous batalhões de infantaria, com quatro companhias cada um e as designações de 154º e 155º, e dous ditos da reserva, igualmente com quatro companhias cada um e as designações de 42º e 43º; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.

DECRETO N. 1538 — DE 31 DE AGOSTO DE 1893

Crea um batalhão de artilharia de posição de guardas nacionaes na comarca de Santarem, no estado do Pará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Santarem, no estado do Pará, um batalhão de artilharia de posição, com quatro baterias e a designação de 4º que se formará com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.

DECRETO N. 1539 — DE 31 DE AGOSTO DE 1893

Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Soure, no estado do Pará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Soure, no estado do Pará, um regimento de cavallaria, com quatro esquadroes e a designação de 2º que se comará dos guardas nacionaes alistados no municipio de Monsarás; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.

ESTADO DE MINAS GERAES

Comarca de S. José do Paraitó

Commando superior — Major-ajudante de ordens, Francisco Pinto de Carvalho;

Major-quartel-mestre, o capitão Felix da Motta Paes;

Major-cirurgião-mór, Dr. Manoel da Rocha Fernandes Leão.

67º batalhão de infantaria

Estado-maior—Major-fiscal, o alferezes Domingos Antonio Rosa;

Capitão-ajudante, Francisco José Lopes Ribeiro;

Tenente-secretario, José Antonio Lopes Ribeiro Junir;

Tenente-quartel-mestre, Florindo Lopes de Oliveira Junior;

Capitão-cirurgião, Idalino Soares de Carvalho.

1ª companhia — Capitão, Antonio João Vieira;

Tenente, Francisco de Oliveira Alves.

Alferezes, Virgilio Soares de Gouvêa.

2ª companhia—Capitão, Francisco Theodoro de Faria;

Tenente, Procopio Ribeiro e Silva;

Alferezes, Leodonio Affonso Ferreira.

3ª companhia — Capitão, Dionisio Pereira Goulart;

Tenente, José Domiciano Ferreira;

Alferezes, Donato Vitta.

4ª companhia—Capitão, Felix Damaso da Motta Paes;
Tenente, Manoel dos Santos;
Alferes, Francisco Pereira Simões.
5ª companhia—Capitão, Rufino Theodoro da Cunha;
Tenente, Francisco Pereira Lima;
Alferes, Nestor Peluso.
6ª companhia—Capitão, Joaquim Bento Vieira;
Tenente, Manoel Rodrigues de Azevedo;
Alferes, João Ignacio Vieira.

47º batalhão de infantaria

Tenente-coronel commandante, Lino José da Silva.
1ª companhia — Capitão, Candido Justino Pereira;
Tenente, Domingos José de Abreu Guimarães;
Alferes, Antonio Rodrigues Romão.
2ª companhia—Capitão, José Bernardes de Faria e Souza;
Tenente, Rufino Brandino Pereira;
Alferes, Moysés Pedroso de Oliveira.
3ª companhia—Capitão, Joaquim Dias de Carvalho;
Tenente, Antonio Pereira Serpa;
Alferes, José Ignacio Ribeirão Campos.
4ª companhia — Capitão, Joaquim Gomes Vieira;
Tenente, Domingos Bento de Siqueira;
Alferes, Candido Luiz de Sá.
5ª companhia—Capitão, Virginio Bernardes de Faria;
Tenente, Maximiano Pereira Simões;
Alferes, Pedro José da Silva Lima.
6ª companhia—Capitão, Manoel Pereira de Toledo;
Tenente, Procópio Ribeiro e Silva;
Alferes, João Floriano de Moraes.

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Comarca do Rio Paró e Cachoeira de Itapemirim

16º batalhão de infantaria

1ª companhia — Capitão, o cidadão Francisco Borges da Silva Netto.

ESTADO DO PARANA

Comarca de Palmeira

10º corpo de cavallaria

1ª companhia — Capitão, o cidadão Alexandre Magno de Oliveira Jorge.

ESTADO DE S. PAULO

Capital

1º batalhão de infantaria

Estado-maior—Secretario, o tenente da 2ª companhia Alvaro Teixeira Ramos.

1ª companhia—Alferes, o 1º sargento Alfredo Augusto da Costa Aguiar e o 2º sargento José de Molina Quartim.

2ª companhia—Alferes, o 1º sargento José Maximino Pinheiro Lima e o 2º sargento Antonio Rodrigues de Meirelles.

3ª companhia — Tenente, o alferes Tarquino Antonio Tarant;
Alferes, o 2º sargento José Meirelles.

4ª companhia—Tenentes, os alferes Joaquim de Oliveira Braz e Thomaz Peacker Junior;

Alferes, o 1º sargento Francisco Octaviano da Silveira.

ESTADO DE PERNAMBUCO

Comarca da capital

1ª brigada de infantaria

Estado-maior—Major-cirurgião, Dr. Fabio da Silveira Barros.

2ª brigada de infantaria

Estado-maior — Coronel-commandante, Dr. Julio de Mello Filho;

Capitão-ajudante, Hermito de Barros Pimentel.

Comarca da Escada

Commando superior — Coronel-commandante, o capitão Manoel Antonio dos Santos Dias.

ESTADO CEARA

Comarca do Jardim

103º batalhão de infantaria

Estado-maior — Tenente-coronel commandante, Antonio Marcel de Moraes;
Major-fiscal, Marcellino Leite de Arrujo Lima.

106º batalhão de infantaria

Estado-maior — Tenente-coronel commandante, João Martins de Moraes;
Major-fiscal, Luiz Furtado de Maia Lacerda.

Comarca de Cratões

42º batalhão de infantaria

Estado-maior — Tenente-coronel commandante, Manoel Rufino de Magalhães;
Major-fiscal João Martins de Freitas.

45º batalhão da reserva

Estado maior—Tenente-coronel commandante, Miguel Caetano Leitão;
Major-fiscal, João Floriano Delgado Perdigão.

Comarca do Crato

122º batalhão de infantaria

Estado maior—Tenente-coronel commandante, Raymundo Paschoal Ferreira Lobo;
Major-fiscal, Pedro Telles de Quital;
Capitão-ajudante, Vital Custodio Bizarria;
Tenente-quartel-mestre, João Floriano Leite Machado.

1ª companhia—Capitão, José Alexandre de Lima;

Tenente, José Sancho de Lima;

Alferes, Manoel Alves de Lima.

2ª companhia—Capitão, Ezequiel Leite de Meirelles;

Tenente, Zacharias Leite de Meirelles;

Alferes, Antonio Alves de Lima.

3ª companhia—Capitão, Casimiro Martinião da Costa;

Tenente, Antonio Garcia de Sá;

Alferes, José Lopes de Oliveira.

4ª companhia—Capitão, José Pinheiro Bezerra de Menezes Filho;

Tenente, Felisardo Mendes da Rocha;

Alferes, Bernardino de Souza Maciel.

ESTADO DO PARÁ

Comarca da capital

Major-ajudante de ordens, capitão João Augusto Ribeiro Malcher.

54º batalhão de infantaria

1ª companhia—Capitão, João Baptista da Silva;

Tenentes, Geraldo Lopes Lameira e Raymundo Gomes Lameira;

Alferes, Sebastião Gomes Lameira, João Antonio da Silva e Estevão José da Silva.

2ª companhia—Alferes, Raymundo Francisco de Oliveira.

Comarca de Soure

Major-secretario geral, o capitão Manoel Antonio Gonçalves Elleres.

46º batalhão de infantaria

Major-fiscal—Francisco Aquino de Aguiar Nunes.

2º regimento de cavallaria

Tenente-coronel commandante, Feliciano Antonio de Paula;

Major-fiscal, Sergio Augusto de Paula.

Comarca de Cametá

3º batalhão de reserva

Tenente-coronel commandante, o capitão Sizenando Dias Ferreira.

86º batalhão de infantaria

Capitão-ajudante, Bruno de Novães Duarte;

Tenente-secretario, Paulino Opito da Ascenção;

Tenente-quartel-mestre, Antonio Adrião Furtado.

1ª companhia—Capitão, João Serrão da Costa Sobrinho;

Tenentes, Manoel Egydio Barreiros e Joaquim Pedro dos Santos;

Alferes, Antonio Barreiros de Souza, Joaquim de Andrade Barra e Leopoldino Estevão Magno.

2ª companhia—Capitão, Maximiano Candido dos Santos;

Tenentes, Raymundo Emygdio Pereira Francisco Serrão Carneiro;

Alferes, Casimiro Pereira Gomes, Gregorio Alves dos Santos e Francisco Alves Corrêa.

3ª companhia—Capitão, José Demetrio Pereira Tavares;

Tenentes, Antonio Emilio de Moura e José Raymundo Alves;

Alferes, José do Carmo Souto, Marcolino Theodoro de Souza e Antonio Corrêa de Novaes.

4ª companhia—Capitão, Pedro Theodoro de Souza;

Tenentes, Francisco Antonio Balieiro e Bernardino Antonio Rodrigues;

Alferes, Fausto Roza Xavier Alves, Alfredo Augusto de Almeida e Saturnino de Souza Duarte.

19º batalhão de infantaria

Capitão-ajudante, Pedro José da Costa Barroso;

Tenente-secretario, Raymundo José da Costa Barroso.

1ª companhia — Capitão, Quintino José da Costa Barroso;

Tenentes, José Alves Corrêa dos Reis e Albino Francisco Ramos;

Alferes, Florentino Antonio de Faria, Emmeraldo Baptista de Medeiros e Satyro Rodrigues Barradas.

2ª companhia—Capitão, Luiz de Santos Rosa Tocantins;

Tenentes, Dionysio José Ribeiro e Cassiano Moreira de Souza;

Alferes, Manoel Fortunato de Freitas, Cypriano Luiz Gomes e Antonio Joaquim Rodrigues.

3ª companhia—Capitão, o tenente Manoel Antonio Pereira Fiel;

Tenentes, Theophilo Anniano Ramos Coelho e Augusto Bruno de Braga;

Alferes, Lazaro Clarindo de S. Pedro, Antonio Gonzaga de Siqueira e Esmeraldo de Moraes Cotta.

4ª companhia—Capitão, Jayme Obadia;

Tenentes, Pedro Athanasio dos Prazeres e João Francisco Estumano;

Alferes, Joaquim do Carmo dos Prazeres, Alfredo do Carmo dos Prazeres e Filinto Manoel do Carmo dos Prazeres.

3º batalhão da reserva

Capitão-ajudante, João Ferreira de Faria;

Tenente-secretario, Manoel da Cruz de Sant'Anna.

1ª companhia—Capitão, Miguel Nery da Trindade Martins;

Tenentes, Francisco Serrão de Castro e Paulino Raymundo de Castro;

Alferes, Cypriano José Pereira, João Adonias de Souza e Barnabé Antonio da Silva.

2ª companhia — Capitão, João Luiz de Motta Leão;

Tenentes, Gervasio dos Santos Garcia e Antonio Miguel dos Santos;

Alferes, Aprigio de Mello Garcia, Dionysio da Silva Brazão e Manoel Elydio Ribeiro.

3ª companhia—Capitão, Antonio Ferreira de Nazareth;

Tenentes, José Pedro da Costa e Pedro Lopes de Sá;

Alferes, João Antonio da Cruz e Ignacio José de Freitas.

4ª companhia—Capitão, Joaquim Eduardo Corrêa;

Tenentes, Joaquim Ferreira Mar e Antonio Patricio de Assumpção.

Comarca de Cimbra

15º batalhão da reserva

Capitão-ajudante, Felinto Elydio de Moraes Castro;

Tenente quartel-mestre, João Antonio de Oeiras.

1ª companhia—Capitão, Jeronymo Miguel da Silva;

Tenentes, José Serilino de Queiroz e Sabino Alves Teixeira;

Alferes, Geraldino Antonio do Rosario, José Ferreira da Costa e Theodoro Antonio Monteiro.

2ª companhia — Capitão, Pedro Teixeira Alves;

Tenentes, Esmeraldo José Alves e Narciso Antonio Lopes;

Alferes, Joaquim da Silva Ferreira, Jorge Archanjo da Conceição e Sebastião José de Araujo;

3ª companhia — Capitão, Fortunato da Paixão Botelho;

Tenentes, Dyonisio de Freitas Flexa e Gerinaldo Antonio de Santa Brígida;

Alferes, Venancio José da Silva, Narciso José Ferreira e Sebastião Raymundo Alves.

4ª companhia — Capitão, Pedro Martyr da Conceição;

Tenentes, Pedro de Alcantara Ferreira e Theodoro Antonio de Souza;

Alferes, Gratolino José Alves, Honorato Antonio Pedro e Bernardino Felix Pinto.

13ª batalhão de infantaria

Capitão-ajudante, Bertholdo João Climaco da Costa;

Tenente-secretario, Bento José Pedro;

Tenente quartel-mestre, Manoel Sotero Jorge.

1ª companhia — Capitão, o tenente Antonio José de Quadros;

Tenentes, Abel Tiberio de Miranda e José Zeferino da Costa Pinheiro;

Alferes, Candido Ferreira Garcia, Gratuliano José da Costa e Pio Angelo Agostinho Monteiro.

2ª companhia — Capitão, Firmino Pacheco da Costa;

Tenentes, Catharino Antonio Gomes e Genuncio Alves Teixeira;

Alferes, Justino Luiz do Rosario, Victorino Hermogenes Martins e Theodozie Antonio da Motta.

3ª companhia — Capitão, Manoel Patrocínio Monteiro;

Tenentes, Bernardo Joaquim Pereira e João Manoel Borges Machado;

Alferes, Verissimo Germano Garcia, Josino Antonio Garcia da Costa e Simão José Caetano.

4ª companhia — Capitão, Cesario Antonio Corrêa;

Tenentes, Duarte Antonio da Silva e Leocadio Antonio da Silva;

Alferes, Manoel Victorio dos Santos, Marceano Antonio Monteiro e Manoel Raymundo Ramos;

Comarca de Viseo

Tenente-coronel chefe do estado-maior, Serafim Martins Pereira de Mello;

Major-secretario-geral, Pedro Fernandes Alves;

Major-ajudante de ordem, José Victorino Ericceira;

Major-quartel-mestre, Raymundo Bastos de Oliveira;

Major-cirurgião, o capitão Salvador Cardoso de Oliveira.

12ª batalhão de infantaria

Tenente-coronel commandante, Antonio Manoel Pereira;

Major-fiscal, o alferes José Lino Soares;

Capitão-ajudante, Antonio Julião da Costa Leite;

Tenente-secretario, Gil Henriques Lozeiro;

Capitão-cirurgião, Feliciano Antonio da Luz.

Comarca de Santarem

Tenente-coronel chefe do estado-maior, o tenente Ignacio José Corrêa;

Major-ajudante de ordens, o capitão Galvão Velloso Pereira;

Major-secretario geral, Geraldo Caetano Corrêa;

Major quartel-mestre, Manoel de Oliveira Campos;

Major cirurgião-mór, Dr. Clementino Antonio da Silveira Ramos.

27ª batalhão de infantaria

Major-fiscal, José Luiz da Silva e Souza.

5ª batalhão da reserva

Tenente-coronel commandante, o capitão Manoel de Oliveira da Paz;

Major-fiscal, José Caetano de Vasconcellos.

6ª batalhão da reserva

Major-fiscal, o capitão Manoel Sebastião de Moraes Sarmento;

Capitão-ajudante, Davino Manoel Pinto Guimarães;

Tenente-secretario, Antonio Vieira Nery,

1ª companhia — Capitão, Manoel Caetano Salgado;

Tenentes, Ignacio Rodrigues Pinto e José Rodrigues dos Santos Pimentel;

Alferes, Manoel Duarte Maduro Pinto, Manoel Cardoso Monteiro e Pedro Alexandrino Vieira.

2ª companhia — Capitão, o tenente Francisco Antonio dos Santos;

Tenentes, José Augusto Gomes de Abreu e Zozimo João Soares;

Alferes, Boaventura Antonio Corrêa, Benedicto Pedro Alves Coelho e Manoel Justino Furtado.

3ª companhia — Capitão, Francisco Gomes Lopes;

Tenentes, Gabriel de Andrade Figueira e Joaquim Ferreira Gomes;

Alferes, Firmino José Bagata.

Alferes, Felipe Benício da Rocha Amazonas e David Pereira Vieira;

4ª companhia — Capitão, o tenente Mariano Olympio de Almeida;

Tenentes, Bazilio Vieira de Menezes e Francisco Fernandes Pinto Cotta;

Alferes, Francisco Antonio Betcel, Maximo José da Rocha e Theodoro Gonçalves Vianna Palha.

4ª batalhão de artilharia de posição

Tenente-coronel commandante, o major Joaquim Lopes Bastos;

Major-fiscal, o capitão Francisco Caetano Rodrigues dos Santos;

Capitão-ajudante, o alferes Augusto Fausto Rodrigues dos Santos;

Tenente-secretario, Americo Avelino de Novôa;

Tenente quartel-mestre, Raymundo Estevão Corrêa.

Comarca de Monte-Alegre

79ª batalhão de infantaria

Capitão-ajudante, Gasparino Baptista da Silva;

Tenente-secretario, Guilhermino Francisco Jardim;

Capitão-cirurgião, Raymundo Nonnato Corrêa de Miranda.

1ª companhia — Capitão Raymundo Furtado da Rocha;

Tenentes, Felipe Miranda de Souza Senão e Raymundo Augier dos Reis;

Alferes, Ignacio Pereira de Vasconcellos Leão, João Evangelista da Silva e Manoel Ayres de Miranda.

2ª companhia — Capitão, Antonio Maria de Souza;

Tenentes, Francisco Joaquim de Freitas e Francisco Pimentel Ferreira;

Alferes, Manoel Duarte Ribeiro Pinto, Belarmino de Jesus Abreu e Vicente Furtado da Silva.

3ª companhia — Capitão, Manoel Caldeira de Abreu;

Tenentes, Julião Pedro Paulo Antonio Sanchez e Manoel Amandio de Oliveira;

Alferes, Guilherme de Souza Rodrigues, Felipe Francisco Jardim e José Motta Pereira dos Santos.

4ª companhia — Capitão, Francisco da Costa Abreu;

Tenentes, Francisco da Faneça Pires e Gustavo Antonio Dias;

Alferes, Feliciano Ferreira Pinho, Thomaz de Aquino da Fonseca e Olympio Augusto Vaspassiã de Miranda.

— Foram reformados os seguintes officiaes da guarda nacional:

ESTADO DE MINAS GERAES

Comarca de S. José do Paraíso

No posto de coronel, o tenente-coronel commandante do 47ª batalhão da reserva, Lucio da Motta Paes.

ESTADO DO PARANÁ

Comarca de Palmeira

No posto de major, o capitão da 1ª companhia do 10º corpo de cavallaria, José de Sá Oliveira Ribas.

ESTADO DO PARÁ

Comarca de Cametá

No posto de coronel, o tenente-coronel do 3º batalhão da reserva, Manoel Pedro de Alcantara Dias.

— Foram declarados sem effeito os decretos:

De 30 de setembro do anno proximo findo na parte em que nomeou o cidadão Antonio de Vargas Corrêa para o posto de capitão da 1ª companhia do 16º batalhão de infantaria da guarda nacional das comarcas do Rio Pardo e Cachoeiro do Itapemerim, no estado do Espirito Santo, visto não ter accedido a nomeação;

De 10 de fevereiro ultimo, na parte em que nomeou para a guarda nacional da capital do estado de Pernambuco os seguintes officiaes:

1ª brigada de infantaria

Estado maior — Major-cirurgião, Dr. Agostinho da Silva Leal.

2ª brigada de infantaria

Estado-maior — Coronel commandante, Francisco Joaquim Ribeiro de Brito;

Capitão ajudante de ordens, Arthur Teixeira Bastos.

De 15 de junho ultimo, na parte em que nomeou, para a guarda nacional da capital do estado de Santa Catharina, os seguintes officiaes, visto não terem accedido as nomeações:

1ª batalhão da reserva

2ª companhia — Tenente, Manoel Machado de Souza;

Alferes, Candido de Souza Conceição.

3ª companhia — Capitão, Marcellino Gonçalves Dutra.

De 1 de novembro ultimo, na parte em que nomeou para a guarda nacional da capital do estado de S. Paulo os seguintes officiaes, visto não terem os mesmos cidadãos accedido as nomeações:

1ª batalhão de infantaria

Estado-maior — Tenente-secretario, Dr. Josino de Oliveira Guimarães.

1ª companhia — Alferes, Bernardino de Campos Sobrinho e Beonor de Moraes Pereira.

2ª companhia — Alferes, Ernesto Trindade.

3ª companhia — Tenente, Emygdio José da Piedade Filho;

Alferes, José Pedro Ferreira e João Wagner de Carvalho.

4ª companhia — Tenentes, Sebastião Lebeis e Alfredo Brutnam de Alvarenga.

De 25 de novembro ultimo, na parte em que nomeou para a guarda nacional da comarca do Jardim, no estado do Ceará, os seguintes officiaes, visto não terem accedido as nomeações:

103ª batalhão de infantaria

Estado-maior — Tenente-coronel commandante, João de Siqueira Cavalcante;

Major-fiscal, Antonio Machado de Moraes.

106ª batalhão de infantaria

Estado-maior — Tenente-coronel commandante, João Climaco de Araujo Lima;

Major-fiscal, Amancio Leite de Medeiros.

— Foi igualmente declarado sem effeito o decreto de 30 de setembro do anno passado e subsistente o de 7 de fevereiro de 1891 que

reformou no mesmo posto o coronel commandante superior da guarda nacional da comarca da Escala, no estado de Pernambuco, Florismundo Marques Lins.

— Por decreto de 29 de julho ultimo, foi nomeado tenente-coronel commandante do 189º batalhão de infantaria da guarda nacional da comarca de Parajú, no estado de S. Paulo, o cidadão José Franco de Godoy.

Ministerio da Guerra

Por decretos de 5 do corrente :

Foram promovidos :

Estado-maior general

A marechal, o general de divisão Antonio Enéas Gustavo Galvão ;

A general de divisão, o general de divisão graduado Antonio Joaquim Bacellar ;

A general de divisão graduado, o general de brigada Francisco Carlos da Luz ;

A general de brigada, o coronel do corpo do estado-maior de artilharia Antonio Gomes Pimentel ;

O coronel commandante do 1º batalhão de infantaria, Francisco de Paula Argollo.

Arma de artilharia

Estado-maior — A tenente-coronel graduado, o major João Carlos Marques Henriques ;

A major graduado, o capitão Urbano Duarte de Oliveira.

4º regimento — A coronel, o tenente-coronel Henrique Guatimosim Ferreira da Silva, por merecimento.

2º batalhão — A major, o capitão Carlos Augusto Brazillico de Carvalho, por antiguidade, contando esta de 13 de janeiro de 1892.

A 1º tenente da arma — O 2º tenente Augusto Elyzeu Xavier Leal.

3º batalhão — A tenente-coronel, o tenente-coronel graduado Antonio Ilha Moreira, por antiguidade.

A 2ª tenentes da arma

Os alumnos do curso superior das escolas militares:

Benicio Felipe de Souza.

Amaro Carneiro de Moraes.

Aphrodisio Borba.

Antonio Emilio Rodrigues.

Vicente José dos Santos.

Manoel da Cunha Moraes.

José Odon Pereira Maia.

Manoel Corrêa do Lago.

Bernardo José de Mello.

Manoel Rosa Soares.

Estanislão dos Santos Nunes.

José Telles de Miranda.

Antonio Frões de Sá Azevedo.

Antonio Henrique Cardini.

Arthur Fernandes Cardoso.

Francisco do Rego Barros Pessoa.

Antonio José Pereira Junior.

Joaquim Potyguara de Macedo.

Aristides Ferreira Bandeira.

Herculano Antonio Pereira da Cunha Junior.

João Gomes Ribeiro Filho.

Luiz José Martins Pinho.

Francisco Olympio Corrêa.

Oscar José de Carvalho.

Augusto da Silva Sá.

Raphael de Faria Corrêa.

Ernesto Joaquim Teixeira.

Aristides Theodorico de Pinho.

Luiz José Rodrigues.

Canrobert Costa.

Joaquim Antonio Pereira.

Francisco Ramos de Andrade Neves.

ARMA DE INFANTARIA

8º batalhão — A tenente-coronel, o major Sergio Tertuliano Castello Branco, por antiguidade.

11º batalhão — A major, o capitão Felipe Bezerra Cavalcante, por merecimento.

20º batalhão

A coronel graduado, o tenente-coronel Braz Abrantes.

22º batalhão

A coronel graduado, o coronel graduado Bento Thomaz Gonçalves, por antiguidade.

34º batalhão

A capitão, o tenente João Eraldo Lopes de Oliveira, por antiguidade, para a 3ª companhia ;

A tenente da arma, o alferes Antonio Pereira Leitão da Silva, por estudos.

Foram transferidos :

Para o corpo de estado-maior de 1ª classe, de conformidade com o disposto no § 1º do art. 7º da lei n. 39 A de 30 de janeiro de 1892, o 1º tenente do 5º regimento de artilharia Antonio Cavalcante de Albuquerque.

Arma de artilharia

Para o estado-maior — Coronel commandante do 2º regimento, Marciano Augusto Botelho de Magalhães.

O tenente-coronel commandante do 3º batalhão, Antonio Vicente do Espirito Santo ; O major do 2º batalhão, Pedro Ivo da Silva Henriques.

Para o 2º regimento, o coronel commandante do 4º, Antonio Francisco Duarte.

Arma de infantaria

Para o 1º batalhão, o tenente-coronel commandante do 8º, José Ignacio Xavier de Brito.

Para o 14º batalhão, o coronel commandante do 27º, Claudino do Amaral Savaget.

Para o 17º batalhão, o coronel commandante do 25º, Julião Augusto de Serra Martins.

Para o 25º batalhão, o tenente-coronel commandante do 17º, Eugênio Augusto de Mello.

Para o 27º batalhão, o tenente-coronel commandante do 30º, Manoel Thomé Cordeiro.

Para o 30º batalhão, o tenente-coronel commandante do 14º, Pedro Abrelino de Oliveira.

— Foi classificado na 1ª bateria do 2º batalhão de artilharia o capitão da referida arma Honorio Vieira de Aguiar.

Foi dispensado do lugar de intendente da guerra o coronel do corpo de estado-maior de artilharia Antonio Gomes Pimentel, sendo nomeado para o referido lugar o coronel do referido corpo Saturnino Ribeiro da Costa Junior.

— Concederam-se as honras do posto de alferes do exercito ao ex-2º sargento do extinto Corpo de Voluntarios da Patria Luiz Rodrigues de Lima.

— Foi dispensado do lugar de commandante do 5º districto militar, conforme pediu, o general de brigada Sebastião Raymundo Eweron, sendo nomeado para o referido lugar o general de brigada Antonio Gomes Pimentel.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Directoria da Justiça

Por portaria de 5 do corrente, concedeu-se um mez de licença, com os vencimentos a que tiver direito, nos termos do art. 35 do regulamento n. 1.263 A de 10 de fevereiro do corrente anno, ao soldado da brigada policial desta capital Cyrillo Fernandes de Menezes, para tratar de seus interesses.

Expediente de 4 de setembro de 1893

Recommendou-se:

Ao presidente do Tribunal Civil e Criminal que providencie afim de que os ex-escrivães de paz das freguezias suburbanas, que serviram de tabellães de notas, nos termos da lei de 30 de outubro de 1830, recolham com toda a urgencia aos archivos da Prefeitura Municipal, conforme preceitua o art. 2º da

mesma lei, os livros de notas que estiverem findos.

Ao pretor da segunda pretoria que envie á Secretaria de Estado cópia do inquerito que pela policia foi remetido ao mesmo pretor sobre o facto da subtração de objectos do paiol do Arsenal de Marinha.

— Autorisou-se o coronel commandante interino da brigada policial desta capital a mandar dar baixa do serviço ao 1º sargento da mesma brigada, Albino José de Sant'Anna, mediante apresentação de substituto idoneo e de indemnisação á Fazenda Nacional do que estiver a dever.

— Declarou-se ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, em resposta ao aviso n. 136 de 21 do mez findo, que já foram tomadas as necessarias providencias no sentido de não se reproduzir o abuso de serem damnificadas as cercas do Jardim Botânico por individuos que ali penetram.

Dia 2

Devolveu-se ao 1º secretario da Camara dos Srs. Deputados, em satisfação á requisição constante do officio de 23 do mez findo, a petição do cidadão João Baptista Fernandes Braga, juntamente com cópia da informação prestada pelo chefe de policia desta capital, acerca do mesmo requerimento.

— Transmittiram-se ao Ministerio das Relações Exteriores, afim de serem encaminhadas a seu destino, as cartas rogatorias dirigidas ás justicas das ilhas Terceira e de São Miguel, no reino de Portugal, pelo juiz da provedoria de Petropolis, no estado do Rio de Janeiro, para avaliação de bens pertencentes ao espolio do fallecido Boaventura José de Medeiros.

— Communicou-se ao general commandante superior da guarda nacional desta capital que foi dispensado do serviço activo da mesma guarda, em quanto exercer o respectivo emprego, o chefe da 2ª secção da directoria geral das obras publicas da secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, Arthur Azevedo. — Deu-se conhecimento ao director geral da referida directoria de obras publicas.

Requerimento despachado

Dia 4 de setembro de 1893

Alferes Adherbald de Oliveira Maciel. — Não é caso de ficar aggregado ao batalhão a que pertence, mas, mediante guia de mudança e novo requerimento, a algum dos batalhões da guarda nacional da comarca para onde transfere residencia.

Directoria do Interior

Additamento ao expediente já publicdo

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores. — Directoria do Interior. — 1ª secção. — Capital Federal, 31 de agosto de 1893. — Ao Sr. presidente do Senado. — Restituindo em nome do Sr. Vice-Presidente da Republica, um dos autographos da resolução do Congresso Nacional transferindo para Maria Euridice de Araujo Neves a pensão de 21\$700 mensaes, que sua fallecida mãe, Carolina Leopoldina de Araujo Neves recebia, em virtude da lei n. 2388, de 3 de setembro de 1873, cabe-me communicar-vos que a referida resolução foi convertida no decreto legislativo n. 165, de 31 do corrente mez.

Saude e fraternidade — *Fernando Lobo.*

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores. — Directoria do Interior. — 1ª secção. — Capital Federal, 31 de agosto de 1893. — Ao Sr. presidente do Senado. — Restituindo, em nome do Sr. Vice-Presidente da Republica um dos autographos da resolução do Congresso Nacional que prorogou a actual sessão legislativa, até ao dia 15 do mez de setembro futuro, cabe-me communicar-vos que a referida resolução foi convertida no decreto n. 169, desta data.

Saude e fraternidade — *Fernando Lobo.*

Expediente de 2 de setembro de 1893

Ministerio da Fazenda

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.
— Directoria do Interior — 1ª secção —
Capital Federal, 2 de setembro de 1893.

— Ao Sr. presidente do Senado — Restituindo em nome do Sr. Vice-Presidente da Republica, um dos autographos da resolução do Congresso Nacional, que concedeu a Luiza Guilhermina de Campos e Anna Julia de Campos a reversão da parte que cabia á sua fallecida irmã Emilia Adelaide de Miranda Ribeiro na pensão que repartidamente com as mesmas go-ava em virtude do decreto legislativo n. 2833 de 22 de março de 1879, cabe communicar-vos que a referida resolução foi convertida no decreto legislativo n. 168 de 31 do mez findo.

Saude e fraternidade.—*Fernando Lobo.*

Requerimento despachado

Irmandade da Santa Cruz dos Militares. — Não é preciso licença.

Dia 4

Accusou-se o recebimento do aviso de 31 de agosto ultimo, com o qual o Ministerio das Relações Exteriores transmittiu o boletim de sanidade maritima n. 580 expedido pelo ministerio dos negocios do reino de Portugal — Remetteu-se o dito boletim ao inspector geral de saude dos portos.

— Autorisou-se ao engenheiro deste ministerio, confirmando-se as instruções que verbalmente lhe foram dadas, a adoptar as providencias necessarias para que sejam instaladas estações de desinfecção nas localidades de Belém, Entre Rios e Cachoeira, á margem da Estrada de Ferro Central do Brazil.

Directoria da Instrução

Por portarias de 4 do corrente:

Foi nomeado amanuense da Faculdade de Direito do Recife o bacharel Antonio Lucena da Motta Silveira;

Foram concedidos tres mezes mezes de licença, com ordenado na forma da lei, para tratar de sua saude, ao Dr. João Elycio de Castro Fonseca, lente da 2ª cadeira da 4ª serie do curso de sciencias juridicas da mesma faculdade;

Foi prorogada, por seis mezes sem ordenado, para tratar de sua saude, á vista do decreto legislativo n. 168 de 31 de agosto findo, a licença concedida ao Dr. Henrique Autran da Matta e Albuquerque, assistente de clinica pediatrica da Faculdade de Medicina da Bahia.

Aditamento ao expediente de 11 de agosto de 1893

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores
— Directoria Geral de Instrução — Capital Federal, 11 de agosto de 1893.

Em solução ao officio n. 106, de 1 de abril ultimo, com que transmittistes cópia do que vos dirigiram os lentes dessa faculdade Dr. José Eduardo Freire de Carvalho Filho e João Agripino da Costa Doria, consultando, á vista do telegramma de 21 de março proximo findo, si a incompatibilidade entre aquelle cargo e o de membro do Conselho Municipal, para que foram eleitos, é sómente durante as sessões do dito conselho ou durante o tempo do mandato, tenho a declarar-vos que, pelo art. 1º da lei n. 28 de 8 de janeiro de 1892, são incompativeis os cargos federaes e estadoaes, mas tal incompatibilidade, na especie, é apenas de exercicio simultaneo, visto que o art. 2º não estatue a perda do cargo federal, por ser de character profissional, não lhes assistindo o direito á percepção dos vencimentos quando fóra de suas funções nessa faculdade, embora não sejam remunerados os cargos para que foram eleitos.

Saude e fraternidade.—*Fernando Lobo.* — Sr. director da Faculdade de Medicina da Bahia.

Directoria da Contabilidade do Thesouro Federal

Dia 30 de agosto de 1893

Expediente do Sr. director:

Communicou-se á Directoria da Contabilidade da Secretaria da Industria, para os fins convenientes, que o ministro da fazenda resolveu, por despacho de 9 do corrente, não se poder cumprir o seu officio n. 198 de 13 de julho proximo findo, no qual solicitou que fossem recebidos de Eduardo Augusto Guilherme Thompson, ex-gerado a seu pedido, em 28 de março ultimo, do cargo de encarregado do escriptorio tecnico da estrada de ferro Sul de Pernambuco, as quotas com que houvesse de contribuir para o montepio creado pelo decreto n. 1045 de 21 de novembro de 1890, a partir do mez de abril deste anno, mediante guia expedida por aquella directoria, visto não ter o referido Eduardo Augusto Guilherme Thompson solicitado para continuar a contribuir para o alludido montepio dentro do prazo estabelecido no art. 20 do regulamento anexo ao decreto n. 942 A de 31 de outubro daquelle anno, perdendo assim o direito ás quantias com que contribuiu e sua familia á pensão.

— Recomendou-se:

A Alfandega de Manáos que providencie para que sejam recebidas do ex-carteiro da administração dos Correios do estado do Amazonas, José Francisco Ribeiro, as quotas com que houver de contribuir, a contar do mez de junho ultimo em diante, visto communicar a Directoria da Contabilidade da Secretaria da Industria, em officio n. 260 de 19 do corrente mez, ter sido deferido o requerimento do alludido ex-carteiro, no qual pediu autorização para continuar a contribuir para o citado montepio;

A Alfandega da cidade de Aracajú, de conformidade com o que solicitou o Ministerio da Justiça, em aviso n. 2755 de 10 do corrente, que providencie para que ao juiz de direito em disponibilidade, bacharel Heraclito Diniz Gonçalves, seja pago o respectivo ordenado a contar de 1 de janeiro do corrente anno, data em que deixou o exercicio na comarca de Simão Dias, no estado de Sergipe, e enquanto estiver em disponibilidade;

A Delegacia Fiscal no estado de Minas Geraes:

Que providencie afim de que, pela propria verba, e de accordo com as competentes folhas, seja pago ao Dr. José Cupertino de Silveira, lente substituto da Escola de Minas de Ouro Preto, o vencimento a que tem direito, de conformidade com o art. 33 parographo unico do codigo de ensino superior que baixou com o decreto n. 1159 de 3 de dezembro do anno passado, por ter regido a cadeira de mineralogia, geologia e paleontologia que se acha vaga, bem como ter exercido o lugar de substituto da 2ª secção do curso fundamental, conforme communicou o Ministerio da Justiça, em aviso n. 2615 de 27 de julho proximo findo;

Que mande annullar do credito distribuido á mesma delegacia para gastos da consignação — Material — da verba «Escola Militar de Ouro Preto», do Ministerio da Justiça, e do actual orçamento, a importancia de 318\$, tornando-se necessario que se communique a esta directoria, logo que seja feita a alludida annullação, afim de se poder mandar cumprir o aviso do citado ministerio n. 2771 de 11 do corrente mez, no qual solicita que no Thesouro Federal seja paga a Ernesto Diniz do Amaral, despachante geral da alfandega, aquella importancia, proveniente de agencias e mais despezas com diversos volumes, vindos de Bordeaux no vapor inglez *Leif Erikson*, para a mencionada escola.

Requerimentos despachados

D. Maria Lavareda de Queiroz, pedindo que se lhe passe o titulo declaratorio de montepio e meio soldo a que tem direito como

viuva do vice-almirante graduado Bernardino José de Queiroz. — Expeçam-se os titulos.

Aleixo Gary & Comp., pedindo para assignar o termo de responsabilidade, afim de receberem a quantia de 4524\$144, proveniente de sello proporcional e adicional que pagaram de mais, correspondente ao tempo que faltava para a conclusão de seu contracto. — Indeferido, procedendo-se na forma do parecer fiscal.

Guardas da Alfandega de Sergipe, pedindo augmento de vencimentos. — Remetta-se ao Congresso Nacional.

Ignacio Alves Nazareth, perito avaliador da Caixa Economica e Monte de Soccorro do estado da Bahia, pedindo para serem elevados seus vencimentos e equiparados aos do thesoureiro da mesma caixa. — Remetta-se, para informar sobre o assumpto, ao conselho fiscal respectivo.

Fernando Barcellos & Comp., pedindo providencia, afim de ser-lhes entregue a feitoria da fazenda de Santarem, sita na fazenda de Santa Cruz, que lhes foi arrendada por contracto de 7 de junho de 1892. — Estando os requerentes na posse do immovel, usem do recurso legal, para o que estão autorizados pelo additamento que pediram ao contracto.

Manoel Azevedo da Silveira Netto, praticante da extinta Thesouraria da Fazenda do Paraná, em commissão como official da Caixa Economica desse estado, pedindo augmento de gratificação para, juntamente com o vencimento que recebe, perfazer o vencimento do lugar que occupa. — Indeferido.

Banco da Republica do Brazil, pedindo relevação da multa em que incorreu por não ter pago na época devida o sello sobre os dividendos distribuidos pelos antigos Bancos da Republica e do Brazil, relativos ao 2º semestre de 1892. — Seja presente ao conselho de fazenda.

Banco da Republica do Brazil, pedindo o pagamento dos juros de 913 3/10 apolices geraes de 4% ouro, relativos ao trimestre vencido em 30 de junho do corrente anno. — Officie-se á Caixa de Amortisação, de accordo com o parecer.

Santa Casa de Misericordia da cidade de S. João d'El-Rei, pedindo isenção de direitos na Alfandega do Rio de Janeiro para objectos destinados a este estabelecimento. — Deferido.

Engenheiro Agricola Ewerton Pinto, pedindo o pagamento da quantia de 100\$ que lhe foi arbitrada como perito por parte da Fazenda Nacional na vistoria a que se procedeu na estalagem «Cabeça de Porco». — Pague-se, nos termos dos pareceres.

Maurino da Rocha & Comp., recorrendo do acto da Inspectoria da Alfandega de Sergipe, que lhes negou baixa de suas fabricas para o pagamento do imposto do fumo. — Seja presente ao conselho de fazenda.

Companhia de Navegação Rio e S. Paulo, pedindo que lhe seja transferido o arrendamento da ilha da Pescaria e mais terrenos da fazenda do Santa Cruz, constantes dos documentos que apresenta. — Como requer.

Capitão Horacio José de Lemos, pedindo aforamento de terrenos na fazenda de Santa Cruz, sendo quatro á rua Petropolis e quatro á rua Pedro I. — Como requer.

Antonio Joaquim Soares Bilario, pedindo o levantamento de duas apolices da divida publica que depositou no Thesouro para fiança do ex-cobrador da fazenda de Santa Cruz, Americo Augusto Berquó. — Dada baixa na fiança, entreguem-se as apolices, de accordo com os pareceres.

Augusto Leuba & Comp., recorrendo do acto da Alfandega de Santos que multou o commandante do vapor francez *Paranaguá*, de que são consignatarios. — Seja presente ao conselho de fazenda.

Banco de Credito Real do Brazil, pedindo que lhe seja passado o titulo de aforamento do terreno de marinhas, n. 618 e accrescidos n. 619 no Novo Porto da Ponta em Nitheroy. — Passe-se o titulo, na forma dos pareceres.

D. Ernestina Souto, pedindo que seja inscripta para a percepção do meio soldo com o nome que actualmente tem, visto ter-se casado com Bernardo Souto. — Como requer.

TRIBUNAL DE CONTAS

N. 34 — ACTA DA SESSÃO DE 3 DE AGOSTO DE 1893

Aos tres dias do mez de agosto de 1893, reuniu-se o Tribunal de Contas sob a presidencia do Excellentissimo Sr. Dr. Manoel Francisco Correia, estando presentes os Srs. directores Francisco Augusto de Lima e Silva, José da Cunha Valle, José Ignacio Ewerton de Almeida e Dr. Didimo Agapito da Veiga Junior.

Lida e posta em discussão a acta da sessão anterior, foi approvada.

Foram apresentadas, devidamente processadas e depois de verificadas mandou o Tribunal registrar as ordens de despeza constantes dos avisos, officios e requerimentos seguintes :

Relatados pelo Sr. Lima e Silva :

Ministerio da Marinha :

Avisos :

N. 1651, de 25 de julho findo, pedindo que por conta da rubrica de 35:000\$, da Repartição da Carta Maritima « Pharóes », destinada a compra de oleo, mechas, chaminés etc., seja a delegacia do Thesouro Federal em Londres habilitada com o credito de 2:177\$127 ou £ 241-18-6, ao cambio de 27, correspondente a francos 6.167, 50 para o pagamento de sobresalentes ora encomendados na Europa, conforme requisitou a citada Repartição ;

N. 1661, de 26 do dito mez, idem idem idem, seja a mesma Delegacia habilitada com o credito de 211\$185, ou £ 23-13-2, ao cambio de 27, correspondente a francos 598,26 para attender ao pagamento dos vidros precisos para a lanterna do pharol do Arvoredo, os quaes ora são encomendados ao almirante graduado Joaquim Francisco de Abreu ; e

N. 1694, de 29 do dito mez, idem para ser á Alfandega de Corumbá concedido o credito de 16:204\$320, á conta do saldo existente na rubrica « Combustivel » do actual exercicio.

Communicou o Sr. director ter o presidente, no intervallo das sessões, ordenado o registro das seguintes ordens de despeza, por já o haver sido a distribuição de creditos deste Ministerio.

Aviso:

N. 1637, de 24 de julho findo, mandando pagar a quantia de 51:495\$040, importancia de fornecimentos feitos ao Commissariado Geral da Armada nos mezes de março a maio ultimos. Registrou-se a quantia de 4:275\$240, por conta dos ns. 20 e 25, deixando-se de o fazer, quanto á de 47:219\$800, pertencente aos ns. 10 e 20, por estarem esgotados os respectivos creditos ;

N. 1640, da mesma data, idem, idem, de 15\$100, á Imprensa Nacional, proveniente de publicações no *Diario Official* no mez de março do corrente anno ;

N. 1655, de 26 do dito mez, idem idem idem, de 4:779\$166, proveniente de gaz consumido pelo arsenal e officina de torpedos no mez de maio, de concerto de instrumentos nauticos feitos por José Hermida Pazos em junho, e de fretes e passagens concedidas pelo Lloyd Brasileiro de fevereiro a junho ultimos. Registrou-se a quantia de 1:878\$191, por conta dos ns. 12 e 17, deixando-se de o fazer, quanto á de 2:900\$975 pertencente aos ns. 27 e 28, por falta de credito ;

N. 1656, de 25 do dito mez, idem, idem, a quantia de 39:730\$620, proveniente de fornecimentos de varios artigos ao Commissariado Geral da Armada e ao Hospital de Marinha nos mezes de março a junho ultimo. Registrou-se a quantia de 14:761\$520, por conta dos ns. 23 e 25. Quanto á de 24:969\$100 pertencente ao n. « 24 Munições Navaes », deixou de o ser, por falta de necessario credito ;

N. 1675, de 27 do dito mez, idem, idem, idem, de 12:131\$, importancia de fornecimentos de varios artigos ao Commissariado Geral da Armada, nos mezes de março a junho ultimos. Registrou-se a quantia de 5:115\$240 nos ns. 12 e 25, não o sendo a de 7:015\$760, por estar esgotado o respectivo credito ; e

N. 1692, de 29 do dito mez, idem, idem, ao Lloyd Brasileiro a quantia de 2:448\$000, proveniente de carvão de pedra fornecido ao rebocador « Lomba » e lancha do serviço da Capitania do Porto de Santa Catharina, nos mezes de janeiro, março, abril e maio do corrente anno.

Mandou o Tribunal que se notasse na acta.

Ministerio da Guerra :

Aviso:

N. 108, de 26 de julho findo, communicando ao Tribunal para os fins convenientes e em solução aos officios ns. 35 e 36, de 20 e 21 de junho ultimo, que a despeza de 33:352\$063, mandada pagar pelos avisos deste Ministerio de 8, 12, 16 e 19 daquelle mez e 4 do julho, deverá ser classificada no credito extraordinario concedido pelo decreto n. 1293, de 4 de março ultimo, e não no § 18º « Equipamento e arreios », como por engano foi declarado. Registrou-se, mandando o Tribunal annullar do § 18º « Equipamento e arreios » a quantia de 4:379\$993, correspondente a igual despeza já registrada em virtude do aviso de 8 de junho ultimo, e decisão deste Tribunal de 15 do dito mez.

Communicou o Sr. director ter o presidente, no intervallo das sessões, ordenado o registro das seguintes ordens de despeza, por já o ter sido a distribuição de creditos deste Ministerio:

Avisos:

De 21 do julho findo, mandando pagar ao capitão quartel-mestre da Escola Superior de Guerra a conta das despesas miudas do mesmo estabelecimento, realizadas no mez do junho ultimo, na importancia de 187\$200 ;

Da mesma data, idem idem, ao capital quartel-mestre da Escola Militar desta Capital, a conta das despesas miudas do mesmo estabelecimento, realizadas em junho ultimo, idem de 500\$000 ;

Da mesma data, idem idem, a J. P. Hildebrant e outros credores, os fornecimentos feitos no actual exercicio á diversas repartições deste Ministerio, idem, de 8:518\$230 ;

Da mesma data, idem idem, ao agente do Laboratorio Pyrotechnico do Campinho a conta das despesas miudas do mesmo Laboratorio, realizadas em junho ultimo, idem de 500\$000 ;

Da mesma data, idem idem, ao almoxarife do Hospital Militar Provisorio do Andarahy, a conta de despesas miudas do mesmo estabelecimento, realizadas em junho ultimo, idem de 192\$242 ;

De 22 do dito mez, idem idem, á Sociedade Anonyma do Gaz as contas do gaz fornecido a diversos estabelecimentos militares, no actual exercicio, idem de 13:957\$350 ;

De 24 do dito mez, idem que, por conta do § 4º « Directoria Geral de Obras Militares » do actual exercicio, seja distribuido á Alfandega de Pernambuco o credito, da quantia de 10:000\$, affim de occorrer ao pagamento das despesas que se tem de fazer com a conclusão das obras do Arsenal de Guerra e Quartéis de cavallaria no referido Estado ;

De 25 do dito mez, pedindo que por telegramma se providencie para que, á Alfandega de Porto Alegre, seja distribuido o credito de 70:000\$, sendo 50:000\$ por conta do § 4º «Directoria Geral de Obras Militares» e 20:000\$, do § 20 «Despezas de Corpos e Quartéis» do corrente exercicio ;

Da mesma data, mandando pagar ao Lloyd Brasileiro as contas de passagens concedidas por conta deste ministerio no actual exercicio a officiaes e praças do exercito, na importancia de 17:464\$910 ;

Da mesma data, idem idem, ao almoxarife do Hospital Central do Exercito, a conta das despezas miudas do mesmo estabelecimento, realizadas em junho findo, na importancia de 484\$554 ;

Da mesma data, idem idem, á Companhia « Rio de Janeiro City Improvements » e outros credores, as contas do fornecimento e obras feitas em diversos estabelecimentos militares, idem, de 1:057\$210 ;

De 26 do mesmo mez, idem idem, ao agente de compras da Intendencia da Guerra, a conta das despezas miudas do mesmo estabelecimento, realizadas em janeiro ultimo, idem, de 492\$480 ;

Da mesma data, idem idem, a Azevedo Alves, Carvalho & C., e outros credores, os artigos fornecidos á Intendencia da Guerra, idem de 6:916\$085 ; e

Da mesma data, mandando que seja transferido para o director da Fabrica da Polvora da Estrella, coronel Miguel Maria Girard, a consignação de 500\$, para occorrer ao pagamento das despezas miudas e outras urgentes do dito estabelecimento, da qual prestara contas.

Mandou o Tribunal que se notasse na acta.

Relatados pelo Sr. Cunha Vallo:

Ministerio da Fazenda :

Requerimento da Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, pedindo o pagamento, por exercicios findos, da quantia de 169:968\$854, de que trata o Aviso n. 1269, de 18 de julho findo, do Ministerio da Industria, Viacao e Obras Publicas, e que de menos recebeu de garantia de juros de sua estrada de ferro de Carangola, relativa ao 2º semestre de 1892.

Communicou o Sr. director ter o presidente, no intervallo das sessões, ordenado o registro das seguintes ordens de despeza, por já o ter sido a distribuição de creditos deste Ministerio :

Officios :

Do administrador da Imprensa Nacional n. 519, de 4 de junho ultimo remettendo a conta de fornecimentos feitos ao Laboratorio Nacional de Analyses, na importancia de 221\$800 ; e

Do superintendente de Santa Cruz n. 114, de 20 do dito mez, com a conta da Empresa de Obras Publicas, secção de electricidade, por aluguel do aparelho telephonico, idem, de 37\$500 ;

As folhas dos serventes do Thesouro Federal, relativas ao vencimento de julho findo, na importancia de 960\$000 ;

Dita dos serventes do Tribunal de Contas, idem idem idem, de 480\$000 ;

Dita do auxilio para o aluguel de casa do porteiro do Thesouro Federal, idem de 100\$000 ; e

Dita dos serventes da Caixa da Amortização, relativa ao mez de julho, idem de 560\$000.

Requisições para pagamento do emprestimo do cofre dos orphãos :

Do juiz de orphãos de Nitheroy, de 12 de abril ultimo, a favor de Pedro Augusto da Costa Velho, da quantia de 525\$436, de capital e juros ;

Idem, de Pirahy, de 1 de junho ultimo, idem, de Carlos Ventura da Silva, idem, de 248\$092, idem idem ;

Idem, de Itaguahy, de 18 do dito mez, idem, de Lauriano Nunes de Araujo, idem, de 491\$131, idem idem ;

Idem, de Rezende, de 3 de julho findo, idem, de Manoel Nunes Pereira, idem, de 264\$303 idem idem ;

Idem, de Santo Antonio de Padua, de 5 do dito mez, idem, de Francisco Procopio de Alvim e Silva, idem, de 358\$778, idem idem ;

Idem, da Parahyba do Sul, de 11 do dito mez, idem, de Honorio Corrêa de Moura, idem, de 257\$320, idem idem ;

Idem, de Campos, da mesma data, idem, de Antero da Cunha Martins, idem, de 4:767\$656, idem idem ; e

Idem, de São Fidelis, de 30 do dito mez, idem, de José Antonio da Silva Nunes, idem, de 221\$067, idem idem.

Da Camara Civil :

N. 21, de 7 de julho findo, a favor de Christiano Frederico Carlos Bubert, da quantia de 503\$440, de capital e juros ;

N. 22, de 8 do dito mez, idem, de D. Deolinda da Camara do Brazil, idem, de 1:809\$017, idem idem ;

N. 23, da mesma data, idem, de D. Maria Pereira Soares, idem, de 1:882\$421, idem idem ;

N. 25, de 18 do dito mez, idem, de D. Mary Leonor Jones, idem, de 10:281\$376, idem idem ;

De 19 do dito mez, idem, de Manoel Coelho de Souza Lima, idem, de 233\$714, idem idem ;

De 30 do dito mez, idem, de Alvaro Leite Ferreira Carneiro, idem, de 1:348\$917, idem idem ; e

De 24 do dito mez, idem, de Manoel Ferreira, idem, de 142\$232, idem idem.

Monte-Pio obrigatorio :

Titulos de pensões :

Passados pelo director da Secretaria da Justiça, a favor de D. Emilia Clementina da Costa Pinto e Silva e seus tres filhos, na importancia de 1:105\$, sendo 200\$ para funeral ;

Idem, pelo mesmo director, idem, dos dous filhos do finado contribuinte Dr. Manoel Dantas, sendo um de nome Luiz Jorge da Conceição e outro Manoel Jorge da Conceição, idem, de 1:865\$582 ;

Idem, pelo director de Contabilidade da Secretaria da Industria, idem, do ongonheiro Othelo Indio do Brazil, por achar-se inhabilitado por molestia, idem, de 892\$460 ;

Idem, pelo director da Secretaria de Justiça, idem, de D. Elisa da Costa Raposo, idem, de 775\$390, sendo 200\$ para funeral ;

Idem, pelo director geral da Secretaria da Industria, idem, de D. Mariada Gloria Franco dos Reis, e seus cinco filhos, idem de 666\$666 ; e

Requerimento de D. Adelaide Emilia Ferreira, pedindo o pagamento da quantia de 200\$, proveniente do funeral do finado contribuinte Francisco Afonso Ferreira, empregado aposentado do Ministerio da Fazenda.

Exercícios findos :

Avisos :

De 6 de agosto de 1892, do Ministerio da Guerra, com a reclamação de Delmiro Rodrigues da Silva, sobre o pagamento da quantia de 669\$996 que lhe foi cedida por diversos sentenciados no Presidio de S. José dos Martyres e proveniente das diarias dos mesmos, nos mezes de setembro e dezembro de 1891 ; e

De 20 de julho ultimo, do mesmo Ministerio, remettendo os processos de dividas do cabo de esquadra Lucio Enfrasio Vianna, da quantia de 13\$680, do 2º sargento José Niepea da Silva, da de 13\$600, dos soldados Salustiano Cesar e Joaquim Ferreira da Silva da de 28\$180 a cada um.

Informação da 2ª Sub-directoria de Contabilidade, de 24 de julho com o officio da Alfandega do estado da Parahyba n. 242, de 12 de junho, sobre o pagamento de 5\$500 reclamado por Adonis da Cruz Gouveia, cabo de esquadra do 27º batalhão de infantaria, proveniente de peças de fardamento vencidas em 1891 ;

Requerimentos :

De Luiz Angery de Saboya, 2º cadete do 1º batalhão de infantaria, podendo o pagamento da quantia de 5\$500, idem idem de 1892 ;

De Francisco Ferreira da Silva, idem idem, de 720\$, idem de 34 camas de ferro fornecidas ao Corpo de Bombeiros, no exercicio de 1891 ;

Da Companhia de Navegação Norte e Sul, idem idem, de 161\$, idem de passagens concedidas pelo Ministerio da Agricultura, em novembro de 1891, a cinco immigrants ;

Do Dr. Luiz Caetano Pereira Guimarães, idem idem, de 2:414\$319, idem de seus vencimentos como ministro em disponibilidade, de 9 de abril a 31 de dezembro de 1892 ;

De Izidro Estevão da Luz, ex-cabo de esquadra do 1º batalhão de artilharia, idem idem, de 100\$120, idem de peças de fardamento e gratificação de engajado, nos exercicios de 1890 a 1892 ;

De Severiano José Corrêa, ex-soldado correteiro do 3º regimento de artilharia do campânia, idem idem, de 61\$980, idem de peças de fardamento vencido em 1892 ;

Do bacharel Francisco Bhering, idem idem, de 598\$382, idem de differença de vencimentos que deixou de receber de 10 de novembro de 1890 a 11 de março de 1891, como lente substituto da Escola Polytechnica ;

De Pedro Celestino, ex-soldado do 7º regimento de cavallaria, idem idem, de 42\$680, idem de peças de fardamento vencido no exercicio de 1891 ;

De Joaquim Francisco da Silva, ex-soldado do 17º batalhão de infantaria idem idem, de 11\$, idem idem idem ;

De Leite, Pinheiro & C., idem idem de 100\$, idem do aluguel de casas occupadas pelo pessoal da Estrada de Ferro do Rio do Ouro, relativo aos mezes de novembro e dezembro de 1892 ;

Da Companhia « City Improvements », idem idem de 1:270\$, idem do serviço de esgoto dos predios sujeitos ao imposto predial nos mezes de novembro e dezembro de 1892 ;

Da mesma companhia idem idem de 177\$300, idem de serviços feitos em 1891, no Palacio do Presidente da Republica e em 1892 no Internato do Gymnasio Nacional, sendo os primeiros na importancia de 147\$800 e os segundos na de 30\$000 ;

Da Companhia Industrial e Commercio de Papeis Pintados, idem idem de 145\$800, idem de papeis fornecidos para as obras do edificio da Camara dos Deputados no exercicio de 1891 ;

De Eleuterio Alves Pereira, ex-soldado do 10º Regimento de Cavallaria, idem idem de 54\$480, idem de fardamentos vencidos em 1892 ;

De Eduardo Largacha, idem idem de 3:200\$, a que se refere o aviso n. 645 de 13 de abril, do Ministerio da Industria, idem do aluguel do Theatro Rink em Santos, para nelle serem alojados os immigrants, durante o tempo de 1 de maio a 31 de dezembro de 1891 ;

De Oscar Pereira da Silva, alumno da Escola Nacional de Bellas Artes do Rio de Janeiro, idem idem de 1:080\$, idem de sua pensão, vencida de outubro de 1890 a 31 de dezembro de 1892 ;

Do provedor da Santa Casa de Misericordia da Capital, idem idem de 2:692\$, idem de despesas feitas em 1891, com o Hospital de S. Sebastião, no Retiro Saudoso ;

De José Manoel Teixeira, idem idem de 150\$, idem do aluguel do predio n. 21 do Largo do Rozario, em que funciona a Repartição Fiscal junto á Companhia « City Improvements », e relativo ao mez de dezembro de 1892 ;

De D. Maria Carlota Cezarino Carneiro, idem idem de 150\$, sendo de meio soldo a que tem direito, relativo ao tempo decorrido de 12 de agosto a 31 de dezembro de 1892, 139\$355, e do que deixou de receber sua finada mãe, D. Irine Rosa Cezarino, de 1 a 11 de agosto de aquelle anno, 10\$645 ; e

Do provedor da Santa Casa de Misericordia da Capital, idem idem de 6:000\$, de que trata o aviso n. 2164 de 8 de junho do Ministerio da Justiça, proveniente da subvenção relativa ao anno de 1892, ao Instituto Pasteur.

Mandou o Tribunal que se notasse na acta.

Ministerio do Exterior :

Communicou o Sr. director ter o presidente, no intervallo das sessões, ordenado o registro das seguintes ordens de despeza por já o ter sido a distribuição de creditos deste Ministerio :

Avisos :

N. 148, de 20 de julho findo, mandando transferir do credito da verba 5ª « Extraordinaria », que fôra distribuida para a Delegacia do Thesouro em Londres, a importancia de 4:215\$065, correspondente aos vencimentos que deixara de receber de 1º de janeiro a 10 de julho o bacharel Vicente Machado da Silva Lima; encarregado de inspecionar os consulados e que não chegou a ter exercicio por ter pedido dispensa da mesma commissão, tendo sido substituido pelo bacharel Bento José Lamenha Lins, que partiu para desempenhar igual cargo em 11 de julho ;

N. 151, de 24 do dito mez, remettendo a conta da Empreza de Obras Publicas no Brazil, secção de electricidade, na importancia de 137\$500, proveniente do aluguel deapparehos e linhas telephonicas para a secretaria de Estado deste Ministerio ; e

N. 152, da mesma data, idem da « Western & Brazilian Telegraph Company », idem de 1:939\$240, idem de telegrammas expedidos no 1º semestre do corrente exercicio.

Mandou o Tribunal que se notasse na acta.

Relatados pelo Sr. Ewerton de Almeida :

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores :

Avisos :

N. 2507, de 17 de julho findo, pedindo o pagamento do ordenado do juiz de direito Antonio Frederico Rodrigues de Andrade, de janeiro a junho, na importancia de 1:200\$000.

Communicou o Sr. director ter o presidente, no intervallo das sessões, ordenado o registro das seguintes ordens de despeza, por já o terem sido outras de igual natureza :

Avisos :

N. 2463, de 12 de julho findo, pedindo o pagamento de fornecimento de objectos de expediente para a Secretaria de Estado deste Ministerio, na importancia de 24\$800 ;

N. 2468, da mesma data, idem idem, do aluguel do prédio occupado pelo Tribunal Civil e Criminal, idem, de 1:066\$666;

N. 2543, de 20 do dito mez, idem idem, da quantia de 67\$, proveniente de concertos de moveis da Secretaria de Estado deste Ministerio;

N. 2561, de 22 do dito mez, idem idem idem, de 3:085\$570, idem, de fornecimentos feitos ao Museu Nacional;

N. 2562, da mesma data, idem idem idem, de 37\$500, idem de aluguel do aparelho telephónico da Bibliotheca Nacional;

N. 2563, da mesma data, idem que se indemnise a Imprensa Nacional, por trabalhos feitos para a Junta Commercial, da quantia de 35\$300;

N. 2564, da mesma data, idem idem, a mesma Imprensa, por trabalhos feitos para a Junta Commercial, idem de 13\$000;

N. 2565, da mesma data, idem idem, a mesma Imprensa, por fornecimento ao Supremo Tribunal, idem de 51\$000;

N. 2569, da mesma data, idem o pagamento da quantia de 30\$, proveniente de serviço de esgoto no prédio da Bibliotheca Nacional;

N. 2576, de 24 do dito mez, idem idem idem, de 4:173\$530, idem de fornecimentos feitos ao Instituto Benjamin Constant; e

N. 2617, de 27 do dito mez, idem idem idem, de 2:250\$, idem da segunda prestação da subvenção votada para o Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Registrou-se como adiantamento.

Officio do director de contabilidade da Secretaria de Estado deste Ministerio, de 31 de julho findo, remetendo a folha de salarios dos serventes da mesma secretaria, na importancia de 720\$000.

Mandou o Tribunal que se notasse na acta.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas:

Avisos:

N. 1299, de 25 de julho findo, pedindo o pagamento a Stoltz & C., agentes da Companhia Norddeutscher Lloyd de Bremen, por passagens de 13 immigrants chegados da Europa, da quantia de 1.062,50 patações ouro, ao cambio de 11 5/16 d., 1:105\$390;

N. 1302, da mesma data, idem idem da ajuda de custo ao Dr. Nicoláo Pederneiras, na importancia de 1:000\$000;

N. 1305, da mesma data, idem idem, ao Barão do Serro Azul, concessionario, por contracto de 24 de outubro de 1890, da collocação de 1.000 familias de immigrants em terras de sua propriedade, na « Villa Deodoro », Estado do Paraná, por trabalhos executados nos nucleos Zaira e Ephigenia, e localisação de 11 familias, da quantia de 4:700\$800;

N. 1309, da mesma data, idem idem, da quantia de 372\$500, inclusive 22\$400 da exposição de Chicago, pelo fornecimento de expediente á Inspectoria Geral das Estradas de Ferro. Registrou-se, sendo a importancia do 22\$400, despendida com a exposição, levada á conta do credito á disposição da supra dita Inspectoria; e

N. 1320, de 26 do dito mez, idem idem, á Companhia Lloyd Brasileiro, por passagens concedidas por ordem deste Ministerio, da quantia de 20\$520, sendo: 7\$020, pela verba Estrada de Ferro Sul de Pernambuco e 13\$500 pela — 2º districto de portos maritimos. Registrou-se 7\$020.

Communicou o Sr. director ter o presidente, no intervallo das sessões, ordenado o registro das seguintes ordens de despeza, por já o ter sido a distribuição de creditos deste Ministerio:

Avisos:

N. 1260, de 17 de junho ultimo, pedindo o pagamento do vencimento do pessoal empregado nos trabalhos do abastecimento de agua, na importancia de 48:723\$250;

N. 1277, de 20 de julho findo, idem idem do vencimento do pessoal empregado na conservação do abastecimento de agua, e na Estrada de Ferro do Rio do Ouro, idem de 37:027\$176;

N. 1293, de 22 do dito mez, pedindo que á Delegacia do Thesouro, em Londres, seja concedido o credito de £ 140-0-0, ou ao cambio de 10 11/16 d., 3:071\$990, para aquisição e remessa de picadores de bilhetes para a Estrada de Ferro Central do Brazil;

N. 1295, da mesma data, idem o adiantamento da quantia de 6:083\$117 ao administrador da hospedaria de immigrants em Pinheiros, para pagar o vencimento do respectivo pessoal;

N. 1297, de 25 do dito mez, idem o pagamento da quantia de 26:415\$650, proveniente de fornecimentos feitos á Estrada de Ferro do Rio do Ouro, e ao abastecimento de agua;

N. 1298, da mesma data, idem idem idem de 11:374\$670, idem idem de viveres á hospedaria de immigrants em Pinheiros;

N. 1300, da mesma data, idem idem do gaz consumido na iluminação publica da capital da quantia de 130:845\$672. Registrou-se até a somma do saldo existente, 114:481\$842;

N. 1308, da mesma data, idem idem do fornecimento de expediente á Secretaria de Estado deste Ministerio, da importancia de 221\$500;

N. 1310, da mesma data, idem idem idem á Inspectoria Geral das Estradas de Ferro, idem de 234\$400;

N. 1312, da mesma data, idem idem á Companhia Metropolitana, por passagens de immigrants £ 1.555-17-6, ou 31:949\$518;

N. 1313, de 26 do dito mez, mandando abonar aos engenheiros e conductores da Inspectoria Geral de Obras Publicas a diaria de 6\$, ou 13:248\$, arbitrada pelo aviso n. 1249 de 25 de julho de 1892;

N. 1315, da mesma data, pedindo o pagamento da quantia de 903\$, aos fornecedores de carroças para a remoção de terras e residuos extrahidos das galerias das aguas pluvias;

N. 1316, da mesma data, idem idem idem de 8:700\$, proveniente do fornecimento de instrumentos de engenharia á Estrada de Ferro Sul de Pernambuco;

N. 1317, da mesma data, idem idem á Companhia Metropolitana, por passagens de immigrants vindos da Europa, de £ 40-10-0 ou 800\$649;

N. 1319, da mesma data, idem idem do material para as obras da caixa d'agua do morro de Santos Rodrigues, transportado pelo plano inclinado, na importancia de 573\$585;

N. 1323, da mesma data, idem idem ao London and River Plate Bank, por carvão de pedra fornecido á Estrada de Ferro Central do Brazil, de £ 3.688-4-0, ou 83:309\$928;

N. 1328, de 28 do dito mez idem idem á Companhia Metropolitana, por passagens de immigrants vindos da Europa £ 830-5-0, ou 16:433\$814;

N. 1330, da mesma data, idem idem de carvão de pedra fornecido á hospedaria de immigrants da Ilha das Flores, na importancia de 2:700\$000; e

N. 1352, de 2 de agosto corrente, idem o pagamento do vencimento do pessoal da hospedaria de immigrants da Ilha das Flores, idem de 10:821\$467. Registrou-se 7:000\$967.

Officios:

Do director da Contabilidade da Secretaria de Estado deste Ministerio, de 31 de julho findo, remetendo devidamente processado o documento para pagar-se a José Teixeira Marques o custo de machinas fornecidas á Estrada de Ferro Central do Brazil, do qual tratou o aviso n. 1210 de 8 do corrente, na importancia de 136:550\$000;

Do mesmo director, e da mesma data, idem a folha do vencimento dos serventes da dita Secretaria, idem de 1:350\$000 :

Dq inspector geral das estradas de ferro, da mesma data, idem idem, do servente da mesma Inspectoria, idem de 77\$500 ; e

Do engenheiro fiscal da Companhia «Rio de Janeiro City Improvements» da mesma data, idem idem idem do escriptorio do mesmo engenheiro, idem de 70\$040.

Mandou o Tribunal que se notasse na acta.

Resolveu mais o Tribunal :

Não mandar registrar :

Os avisos :

N. 1618, de 28 de março ultimo, do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, pedindo expedição de ordens afim de quo, pela consignação « Acquisição de livros e assignaturas de jornaes e revistas scientificas » da verba « Bibliotheca Nacional », do exercicio de 1892 seja posta na Delegacia do Thesouro Federal em Loures, á disposição da Legação Brazileira em Paris, a quantia de 1:033\$325, afim de occorrer ao pagamento da conta de Reimard & C., livrarios em Paris, proveniente da assignatura de jornaes e revistas estrangeiras durante o anno proximo, passado, para o estabelecimento supracitado ; porque tratando-se de despezas do corrente exercicio, não póde ser registrada pela forma indicada ;

N. 2317, de 28 de junho ultimo, do mesmo Ministerio, communicando para os fins convenientes, que o capitão honorario do Exercito, Antonio José Alves, reformado no posto de tenente do extinto Corpo de Policia desta capital, nos termos do art. 2º do decreto legislativo n. 128 de 18 de mez de maio deste anno, conta 27 annos, dous mezs e 3 1/5 dias de serviço e tem direito ao soldo por inteiro de 1:260\$, de accordo com o disposto no alvará de 16 de dezembro de 1790 ; por falta de credito ;

N. 2583, de 5 de julho findo, do mesmo Ministerio, pedindo que pelo credito da verba « Policia do Districto Federal » do orçamento vigente, seja paga á Empreza Funeraria a quantia de 252\$, importancia do fornecimento de caixões de madeira para inhumações de cadaveres de pessoas desconhecidas, durante os mezes de abril a junho ultimos ; por falta de credito ; e

N. 2606, de 27 do dito mez, do mesmo Ministerio, idem, que pelo credito da mesma verba seja paga a despeza, feita durante o mez de junho ultimo, com o material da Casa de Detenção, na importancia de 16:579\$499 ; por falta de credito.

Não foram tambem registradas, por despacho do Sr. presidente, no intervallo das sessões, de accordo com a deliberação tomada pelo Tribunal na sessão de 25 de maio ultimo, as ordens de despeza seguintes :

Avisos :

N. 1650 de 25 de julho findo, do Ministerio dos Negocios da Marinha, pedindo que á conta das verbas « Fretes » e « Eventuaes » do actual exercicio, seja paga á Companhia Lloyd Brazileiro, por fretes e passagens concedidas por ordem deste Ministerio nos mezes de janeiro a junho do corrente anno a quantia de 7:656\$210 ; por estarem esgotadas as respectivas verbas ;

N. 2604, de 26 do dito mez, do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, idem, que, pela verba « Policia do Districto Federal » do orçamento vigente, se entregue ao Chefe de Policia a quantia de 89:588\$988, para occorrer ás despezas no mesmo mez com os vencimentos dos delegados, escrivães e inspectores seccionas ; por falta de credito ; e

N. 1318, da mesma data, do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, pedindo o pagamento da quantia de 1:161\$709, á Sociedade Anonyma do Gaz, proveniente da iluminação das praças e jardins publicos ; por estar esgotado o respectivo credito.

Resolveu mais o Tribunal :

Mandar restituir ao capitão Francisco Feliciano de Mendonça as apolices que cautionou, na qualidade de fiador que foi do ex-escrivão da Collectoria das Rendas Geraes do municipio de Araruama, Estado do Rio de Janeiro ; visto, durante o exercicio, não ter substituido o respectivo Collecter.

Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou a sessão, e designou o dia 10 do corrente para a proxima. E, para constar, eu, Ignacio de Loyola Gomes da Silva, secretario do Tribunal de Contas, lvyrei a presente acta, que depois de lida e approvada, vae assignada pelo presidente e directores.— M. F. Correia.— Lima e Silva.— J. Valle.— Experton de Almeida.— Didimo Junior.

Ministerio da Marinha

Requerimentos despachados

Dia 5 de setembro de 1893

Maria Alvina Ribeiro Durão, pedindo pensão do montepio.— Indeferido.

Borlido Moniz & Comp.— Só depois de recebida a amostra, proceder-se-ha ás experiencias do oleo lubrificante que offerece.

D. Marianna Carolina Lopes de Azevedo.— Não ha que deferir.

Ministerio da Guerra

RECTIFICAÇÃO

No expediente deste Ministerio, publicado no *Diario Official* de 4 do corrente, á pagina 3875, primeira columna, linha 36, onde se lê — ao Sr. 1º secretario da Camara dos Srs. Deputados, leia-se antes — dia 31 de agosto.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas

REQUERIMENTOS DESPACHADOS

Dia 4 de setembro de 1893

Manoel Bento dos Santos, ex-ajudante da Estrada de Ferro Central do Brazil, pedindo permissão afim de continuar a contribuir para o montepio obrigatorio.— Compareça na

Directoria Geral de Contabilidade da Secretaria de Estado deste ministerio.

D. Aurelia Maria da Silva, solicitando a effectividade dos favores do montepio obrigatorio, aos quaes se julga com direito pelo falecimento de seu marido Ernesto Luiz da Silva, ex-carteiro de 2ª classe da Directoria Geral dos Correios.— Não havendo o findo contribuinte feito a declaração regulamentar, relativa á familia, habilite-se a supplicante na forma do decreto n. 3.607 de 10 de fevereiro de 1866, para que lhe seja concedido o titulo de pensão que requer.

Directoria Geral dos Correios

Por portaria de 1 do corrente, foi declarada sem effeito a de 22 de junho ultimo que exonerou, a seu pedido, João da Cruz Delphin de agente do correio da estação do Meyer, Estrada de Ferro Central do Brazil.

— Por outras de 4, foi exonerado, a seu pedido, José da Costa Ribeiro Maia de agente do correio de Araruama, no estado do Rio de Janeiro, e nomeado Malvino Manoel Nogueira.

— Por outras de 5 do corrente:

Foram creadas agencias postaes de 4ª classe nos logares denominados Araçá, 2º districto do municipio de Cabo Frio, e Morro Grande, municipio de Araruama, ambos no estado do Rio de Janeiro.

Exonerado, a seu pedido, Joaquim Augusto de Loureiro Cid, de agente do correio de Itabaraly, e nomeado Miguel Duarte de Almeida Santos.

Declarada sem effeito a portaria de 9 de agosto ultimo que nomeou Delgado Manhães Gouveia, agente do correio de Mossuripe, municipio de Campos, e nomeada D. Maria Lucia Sobrosa.

Exonerado Lucio de Sá Vianna de estafet entre a agencia de Faria Lemos e a de Santa Clara do Carangola, estado do Rio de Janeiro, e nomeado Francisco Leite Fernandes.

INTENDENCIA MUNICIPAL

Prefeitura do Districto Federal

Directoria da Instrucção

Por acto de 29 de agosto proximo findo, concedeu-se ao professor primario do 1º gráo Amando de Araujo Cintra Vidal a gratificação adicional correspondente á metade dos respectivos vencimentos.

Expediente do dia 1 de setembro de 1893.

Portaria á professora adjunta effectiva Adelaide de Queiroz Barros e Vasconcellos, para reger interinamente a escola do 4º districto que funciona sob a direcção interina da professora Thereza Monteiro de Barros e Mello.

Portaria ao professor Arthur de Sá, para ter exercicio na 1ª escola do 2º gráo para o sexo masculino.

Officios aos inspectores escolares do 2º e 4º districtos, dando conhecimento destas designações.

Dia 4

Ao Sr. Dr. prefeito do Districto Federal, sobre a professora Maria do Carmo de Paula Menezes Monteiro.

Ao Dr. director da Fazenda Municipal, apresentando as folhas de frequencia dos professores do 1º gráo do 9º e 12º districtos escolares.

Aos inspectores escolares do 3º e 4º districtos, pedindo solicitem dos proprietarios das casas onde funcionam diversas escolas de seus districtos os reparos indispensaveis.

Ao inspector escolar do 7º districto, determinando a remoção, para Cachamby, da 4ª escola do sexo masculino de seu districto.

Portaria ao professor adjunto Arthur da Costa e Silva, para que reassuma o exercicio de seu cargo na 5ª escola para o sexo masculino do 1º districto.— Officiou-se ao inspector escolar do referido districto.

Portaria á adjunta Jovita Maria da Conceição, para reger interinamente a 8ª escola para o sexo feminino do 2º districto.— Officiou-se ao inspector escolar do referido districto.

Dia 5

Portaria á professora Elisa Serrão de Medeiros, para que assuma a regencia da cadeira para a qual foi nomeada.

Portaria ao professor João Ribeiro, para auxiliar o ensino de historia, encarregando-se de uma classe especial de historia do Brazil, na 1ª escola do 2º gráo para o sexo masculino.

Evpediram-se officios aos inspectores escolares dos respectivos districtos.

Secretaria Geral da Prefeitura do Districto Federal

EXPEDIENTE DO DIA 5 DE SETEMBRO DE 1893

Requerimentos despachados

1ª secção

Manoel Martyr Lopes e outro, pedindo licença para installação do Centro Escolar Brazileiro de Escrima.— Deferido, sem o jogo de poules, por não ser o caso especificado na lei de 17 de maio deste anno.

Isaac da Conceição Bemplá, pedindo licença para installação de um recreio de jogo de armas no antigo Eldorado.— Idem.

RENDAS PUBLICAS

ALFANDEGA DO RIO DE JANEIRO

Rendimento dos dias 1 a 4 de setembro de 1893.....	1.251:183\$064
Idem do dia 5, até ás 3 hs..	350:671\$225
	1.601:854\$289
Em igual periodo de 1892..	1.153:222\$728

RECEBEDORIA

Rendimento dos dias 1 a 4 de setembro de 1893.....	115:718\$659
Idem do dia 5.....	23:992\$771
	139:711\$430
Em igual periodo de 1892..	133:752\$949

MESA DE RENDAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NA CAPITAL FEDERAL

Rendimento do dia 5 de setembro de 1893.....	16:226\$967
Idem dos dias 1 a 5.....	134:494\$446

NOTICIARIO

Telegramma — O Sr. ministro da justiça e negocios interiores recebeu o seguinte:

VICTORIA, 1 de setembro.—Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex. que, hontem, ás 9 horas da noite, foi assignado por mim e o Dr. Affonso Penna convenio entre Espirito Santo e Minas Geroes para construcção da estrada de ferro da Villa do Alegre a Santa Barbara, passando pelos municipios do Espirito Santo do Rio Pardo, Manhuassú, Casca, Ponte Nova e Mariana e bem assim da estrada de ferro da Victoria a Pessanha. O acto foi solemnizado pelo concurso de grande numero de cavalheiros, trocando eu e o presidente de Minas as penas de ouro com que assignámos o convenio. Foram erguidas entusiasticas aclamações. O Dr. Affonso Penna embarca hoje para o Rio de Janeiro, tendo recebido durante os dias de sua permanencia entre nós as mais vivas e constantes demonstrações de apreço e estima de todas as classes. O grande acontecimento abre uma das paginas mais fulgentes da historia dos dous estados.—*Moniz*, presidente do Espirito Santo.

Pagadoria do Thesouro—Pagase hoje, as seguintes folhas: Gymnasio Nacional, Museo, Casas de Correccão e Detencão, Junta Commercial, meios-soldos, pretores, fèrias da Casa da Moeda e Imprensa Nacional.

Matadouro de Santa Cruz—Concorreram hontem á matança os seguintes marchantes, que abateram:

Carlos Pimenta & Comp.....	141	rezes
Manoel Cardoso Machado.....	110	»
Candido Coelho Avila.....	20	»
Charles Hue Junior & Comp.....	20	»
C. Castello Branco & Comp.....	19	»
José Antunes da Porciuncula....	19	»
Luiz Camuyrano.....	19	»
Joseph Alkaim.....	19	»
Domingos Theodoro de A. Junior & Filho.....	19	»

Total da matança..... 386 rezes
Abateram mais:

Luiz Camuyrano.....	4	vitellas
Antonio Pereira dos Santos.....	37	carneiros
Luiz Camuyrano.....	31	»
Custodio Barros da Silva....	23	porcos
Antonio Corrêa Avila.....	1	»
Peso total verificado.....	87.998	kilos

O preço da carne de vacca, em S. Diogo, será de \$800 o kilo; da de carneiro, 1\$100; da de vitella, 1\$100 e da de porco, 1\$300.

O preço da de vacca nos açougues, de accordo com o termo de obrigação tomado pelos retalhistas com a administração municipal, será de \$900 o kilo.

EDITAES E AVISOS

Côrte de Appellação

Faço publico que as appellações, commercial n. 318, appellante Dr. José Antonio da Araujo Filgueiras, por si e como testamenteiro e inventariante do espolio de seu finado pae, appellado Joaquim Luiz dos Santos Lobo, e civil n. 419, appellante Dr. Francisco Campello e sua mulher, appellado o Conselho do Tribunal Civil e Criminal, acham-se com dia, devendo o julgamento ter logar na sessão da camara civil do dia 11 do corrente ou nas seguintes:

Secretaria da Corte de Appellação, 4 de setembro de 1893.—O secretario, *Joaquim Maria dos Anjos Esposel*.

Capitania do Porto

De ordem do Sr. capitão de mar e guerra, capitão do porto, faz-se publico que fica prohibido, nos ancoradouros e no canal entre a ilha das Cobras e o Arsenal de Marinha, á todas as lanchas movidas a vapor, inclusive os rebocadores, navegarem a toda força, conforme o disposto no aviso sob n. 1.746 de 1 do corrente, do Ministerio da Marinha; sendo que, esta medida, é tambem extensiva ás embarcações do Estado.

Os contraventores serão multados de conformidade com o regulamento da capitania.

Secretaria da Capitania do Porto, 5 de setembro de 1893.—*Genesio Machado* (.

E. de Ferro Central do Brazil

CORRIDAS NO DERBY-CLUB

De ordem da directoria se declara, para conhecimento do publico, que, quinta-feira, 7 do corrente, por occasião das corridas no Derby-Club, haverá trens especiaes directos, para conducção de passageiros, desde ás 10 horas da manhã, até á 1/2 da tarde e depois de concluidas as corridas.

Os trens de suburbios desde o SU 19 até o SU 45 e SU 16 até o SU 44, pararão na plataforma do Derby-Club.

Os trens especiaes não pararão nas estações de S. Diogo e S. Christovão.

O preço de cada passagem de ida e volta, sem distincção de classe, é de \$500.

Escriptorio do trafego, 5 de setembro de 1893.—*J. Rademaker*, chefe do trafego (.

Corpo de Bombeiros

Recebem-se propostas em carta fechada, até ás 11 horas do dia 6 do corrente, para o fornecimento de 100 blusas, 100 calças de brim pardo e 200 pares de botinas de bezerro; tudo igual ás amostras existentes na secretaria deste corpo, onde se infirma acerca das condições do fornecimento, das 10 horas da manhã ás 2 da tarde.

Capital Federal, 2 de setembro de 1893.—*Henrique Eugenio José Soares*, tenente-secretario. (.

Prefeitura do Districto Federal

DIRECTORIA DE OBRAS E VIAÇÃO

2ª secção

De ordem do Sr. Dr. director geral, para conhecimento dos interessados, faço publico que, no dia 16 do corrente, ao meio-dia, nesta secção, á rua do General Camara n. 312, se receberão propostas, que serão abertas em presença dos proponentes, para o fornecimento de 600.000 paralelepipedos tendo as dimensões seguintes: comprimento 0^m,23, largura 0^m,11, altura 0^m,14.

Todos os paralelepipedos (600.000) serão fornecidos dentro do prazo de um anno, contado da data da assignatura do contracto, mediante pedidos nunca inferiores a 40.000, nem superiores a 80.000.

Os proponentes enviaram amostras do material a fornecer, de modo que se possa julgar de sua qualidade;

Directoria de Obras e Viação, 2ª secção, 1 de setembro de 1893.—*Gastão Silva*, 1º official. (.

Directoria de Fazenda Municipal

Pagam-se hoje as seguintes folhas:

Professores do 1º grão (9º, 10º e 12º districtos).

Professores do 2º grão.

Casa de S. José.

Guardas das freguezias do Sacramento, Candelaria, Santa Rita, Santo Antonio e 2º districto do Engenho Velho.

Fiscalisação de inflammaveis.

Directoria de Fazenda, 6 de setembro de 1893.—O 1º escripturario, *J. Godoy*.

Districto da Gavea

O cidadão Estevão José Pires Ferrão, agente da Prefeitura do Districto da Gavea, nomeado por acto do Dr. prefeito de 31 de agosto ultimo.

Faz publico que se acha no exercicio do referido cargo, e instalou a sua agencia, provisoriamente, na casa da rua Duque Estrada n. 1, onde funciona a 8ª pretoria.

Capital Federal, 4 de setembro de 1893.—Eu escripturario Antonio Burlamaqui dos Santos Cruz, o escrevi.—*E. J. Pires Ferrão*.

EDITAES

Juizo Seccional

O Dr. Aureliano de Campos, juiz seccional do Districto Federal. Faz saber a quantos o presente edital com o prazo de nove dias virem que no dia 6 de setembro de 1893 o porteiro dos auditorios trará a publico pregão de venda e arrematação e entregará a quem mais der e maior laço offerecer na execução que a Fazenda Nacional move contra a parda Maria de Azevelo Sucupira e Custodio José dos Santos Moreira, o predio n. 90, da rua de S. Luiz Gonzaga, medindo de frente 11 metros e 22 centimetros e de fundo 8 metros e 95 centimetros; sua formação é pedra, cal e tijolo, com 3 portas e janellas no pavimento terreo e duas janellas de peitoril no sobrado, tudo com portas de madeira. O pavimento terreo aberto em loja e uma sobre loja, dividida em dous quartos; o sobrado divide em sala e quartos. O terreno tem 11 metros e 22 centimetros de frente e 18 metros e 95 centimetros de fundo, acabando em ponta aguda, todo fechado com muro de pedra e cal. Avaliada em 2:000\$ e vae á praça para pagamento de imposto predial, cuja praça terá logar no dia acima designado, ás 11 horas da manhã, ás portas do juizo, no edificio do antigo muzeo, á rua da Constituição.

E não havendo arrematante pelo preço da avaliação, voltará o immovel á praça com o intervalo de 8 dias e com o abatimento de 10 %; si nesta ainda não encontrar laço superior ou igual ao valor determinado pelo dito abatimento, irá á terceira praça com o mesmo intervalo e novo abatimento de 10 % e neste caso será arrematado pelo maior preço que for offerecido, sem que, em hypothese alguma, seja permittida a acção de nullidade por lesão de qualquer especie, na forma do art. 19, cap. 5º do regulamento que baixou com o decreto n. 9885 de 29 de fevereiro de 1888.

E quem não mesmo quizer lançar deverá comparecer á praça deste juizo, que ha de fazer no dia acima designado. E para que chegue ao conhecimento e noticia de todos, o presente edital será publicado pela imprensa e affixado nos logares do costume pelo porteiro dos auditorios, que deverá lavrar a competente certidão para ser junta aos autos. Dado e passado na Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil aos 29 de agosto de 1893. Eu, licitatorio Narbal Pamplona, o subscreevi.—*Aureliano de Campos*.

De notificação aos accionistas da Companhia Brazil Agricola abaixo descriptos, para dentro do prazo de um mez, que correrá da primeira publicação deste, satisfazerem as respectivas entradas que devem, correspondentes ás suas acções, sob as penas da lei.

O Dr. Salvador Antonio Moniz Barreto de Aragão, juiz da Camara Commercial, do Tribunal Civil e Criminal da Capital Federal, etc.

Faz saber aos que o presente edital de notificação virem que, por parte da Companhia Brazil Agricola e em virtude de distribuição do conselheiro presidente desta Camara Commercial, lhe foi apresentada a petição do teor seguinte: Illm. Sr. Dr. presidente da Camara Commercial — A Companhia Brazil Agricola, com sede nesta cidade, á rua de Theophilo Ottoni n. 48, por seu presidente, devidamente autorizado pela assembléa de accionistas em numero legal (Doc. n. 1), querendo, na forma dos arts. 33 e 34 do decreto 434 de 4 de julho de 1891, applicar a pena de commissio aos accionistas em atraso, constantes da lista sob n. 2. requer a distribuição desta a um dos juizes da camara de que sois presidente, para por elle ser ordenada a notificação, por edital, dos referidos accionistas para, dentro do prazo designado, fazerem o pagamento das entradas chamadas, sob pena de lançamento e de serem as suas acções vendidas em leilão e os seus possuidores eliminados do rol dos accionistas, como preceitua o art. 83 do citado decreto e observadas as demais formalidades legais. O supplicante espera deferimento. Rio, 15 de julho de 1893. — O advogado, *Evaristo da Veiga Gonzaga*. Estava devidamente inutilizada uma estampilha no valor de duzentos réis. Despacho: Ao Dr. Salvador. Rio, 21 de julho de 1893. — *Silva Mafra*. Sobre o que proferiu o seguinte despacho: D. A. Notificou-se. Rio, 22 de julho de 1893. — *Salvador Moniz*. Distribuição: a Domingues, em 22 julho de 1893. — *J. Conceição*. A lista a que se refere a petição é do teor seguinte: Relação dos accionistas cujas acções entraram em commissio: Barão da Lagôa Antonio, 10 acções, 25 %, 500\$; Antonio Augusto de Carvalho, 25 %, 500\$; Carlos Alexandre Steel, 10 acções, 25 %, 500\$; Francisco José Corrêa Quintella, 10 acções, 5 %, 100\$; Visconde de Carvalhaes, 30 acções 5 %, 300\$; Manoel J. Vieira de Carvalho, 20 acções, 5 %, 100\$; A. A. da Silva Pinto, 15 acções, 5 %, 250\$; Banco Luso-Brazileiro, 2.210 acções, 5 %, 22.100\$; Heitor Rademaker, 25 acções, 5 %, 1.250\$; Juvenal Damasceno, 25 acções, 5 %, 1.250\$; Francisco Gonçalves Pereira, 25 acções, 5 %, 250\$. Total 27.100\$. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1893. Pela Companhia Brazil Agricola, Dr. Carlos Teixeira, presidente. Estava devidamente inutilizada uma estampilha do valor de 200 réis. Reconheço verdadeira a firma supra. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1893. Em testemunho da verdade. (Estava o signal publico.) *Evaristo Valle de Barros*. Pelo que são notificados os accionistas acima descriptos para sciencia de que, dentro do prazo de trinta dias, que correrá da primeira publicação deste edital, são obrigados a satisfazer á Companhia Brazil Agricola as entradas que se acham devendo correspondentes ás suas acções, visto não o terem feito por occasião da respectiva chamada, sob pena de serem as acções vendidas em publico leilão, pelo preço da cotação dellas, na occasião deste, por conta e risco dos notificados, para pagamento de seus debitos á mesma companhia, podendo esta, caso não sejam ellas vendidas por falta de comprador, declarar-as perdidas, tudo nos termos da petição acima transcripta e lei vigente. Para constar passou-se este e mais tres de igual teor, que serão publicados de vez em no *Diario Official* e no *Jornal da Commercio*, folhas de circulação nesta capital,

sede da companhia supplicante e affixados na forma da lei, de cuja affixação o porteiro dos auditorios lavrará a competente certidão para ser junta aos respectivos autos. Dado e passado nesta Capital Federal, aos 26 de julho de 1893. Eu, Antonio Lopes Domingues, escrivão, o subscrevi. — *Salvador A. Moniz Barreto de Aragão*.

CAMARA CIVIL

De citação a ausente com o prazo de 20 dias

O Dr. Thomé Joaquim Torres, juiz da camara civil do Tribunal Civil e Criminal da Capital Federal.

Faz saber aos que o presente edital de citação a ausente com o prazo de 20 dias virem que, pelo supplicante Luiz Alves de Lima e Silva, lhe foi feita a petição do teor e forma seguintes: Petição—Exm. Sr. Dr. presidente da camara civil. Diz Luiz Alves de Lima e Silva, brasileiro, residente nesta capital, que, tendo-se casado a 4 de dezembro de 1880 com D. Mariana Ferraz de Abreu, que por isso tomou o nome de Mariana Ferraz de Lima e Silva e como desde 26 de agosto de 1882 a sua referida mulher separou-se do supplicante e estabeleceu residencia no estado de Pernambuco, nunca voltou ao domicilio conjugal, nem mes no se avistou neste decurso de 11 annos com o supplicante que continuou sempre a residir nesta cidade do Rio de Janeiro; pelo que quer o supplicante, mover contra a supplicada a competente acção de divorcio por abandono voluntario do domicilio conjugal prolongado por mais de dous annos continuos: art. 82 § 3º do decreto n. 181, de 24 de janeiro de 1890, e por isso pede que V. Ex. se digne de distribuir esta ao Dr. juiz da camara, que deverá tomar conhecimento do feito; ao qual requer ser admittido o supplicante a justificar achar-se a supplicada em logar incerto é não sabido no estado de Pernambuco para o fim de ser citada por editaes para, na primeira audiência deste juizo, vir offerecer a presente acção, ficando logo citada para todos os termos e actos judiciaes ate final sentença e sua execução, sob pena de revelia. Declara o supplicante que se acha em seu poder, desde a data de 26 de agosto de 1882, o unico filho do casal, de nome Paulo, que naquella época contava quatro mezes de idade, contando hoje 11 annos completos. Neste sentido, sendo D. e A. esta P. deferimento. E. R. M. Rio, 14 de agosto de 1893. — O advogado, *João Gonçalves Pedreira Ferreira*. E sendo presente ao Dr. presidente da camara civil este despacho pela forma seguinte: Despacho. Ao juiz Dr. Thomé Torres. Rio, 14 de agosto de 1893. — *Costa Franca*. Depois devia ter o Dr. juiz dos feitos despachado a petição pela forma seguinte: Despacho. D. A. justifique, marcando o escrivão dia e hora. Rio, 14 de agosto de 1893. — *T. Torres*. Distribuição. D. a P. Cabral, em 14 de agosto de 1893. *J. Conceição*. E tendo o supplicante produzido a sua prova testemunhal, subiram os autos á conclusão, sendo dado o despacho do teor e forma seguinte: Despacho. Vistos. Julgo procedente a justificação de ausencia da supplicada D. Marianna Ferraz de Abreu. Passem-se editaes com o prazo de 20 dias para citação da mesma, pagas as custas *ex-causa*. Rio, 17 de agosto de 1893. — *Thomé Joaquim Torres*. E porque justificou o adduzido em sua petição, lhe mandou passar o presente edital, pelo qual cita, chama e requer a D. Marianna Ferraz de Lima e Silva afim de que venha á primeira audiência deste juizo, que se fizer, findo o dito termo, fallar aos termos de uma acção ordinaria por divorcio, sendo as audiencias ás segundas e quintas-feiras, ás 10 1/2 horas, á rua da Constituição n. 48, para proseguir-se a sua revelia em todos os demais termos da causa. E para que chegue á noticia de todos, mandou passar o presente, que será affixado nos logares publicos e do costume, publicando-se um delles. Dado e passado nesta dita Capital Federal aos 17 de agosto de 1893. E eu, Procopio Gama Cabral Velho, o subscrevi. — *Thomé Joaquim Torres*.

De convocação de credores da massa fallida de Valerio Corrêa Netto Filho, para se reunirem na sala das audiencias da Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal, no dia 18 do corrente, á 1 hora da tarde, á rua da Constituição n. 47, afim de verificarem os creditos e, approvados, assistirem á leitura do relatorio, deliberarem sobre concordata, si for apresentada a respectiva proposta ou formarem o contracto de união, elegendo syndicos e uma commissio fiscal para liquidação definitiva da mesma massa

O Dr. Salvador Antonio Moniz Barreto de Aragão, juiz da Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal da Capital Federal, etc.

Faço saber aos que o presente edital virem que, por parte do Dr. curador fiscal das massas fallidas, me foi dirigida a petição do teor seguinte: Petição—Illm. Exm. Sr. Dr. juiz do feito—O curador fiscal das massas fallidas na fallencia de Valerio Corrêa Netto Filho, requer a V. Ex. se digne de ordenar a convocação dos credores pela forma determinada no art. 33 do decreto n. 917 de 24 de outubro de 1890, para o fim de tomar-se conhecimento de concordata, si for apresentada ou formar-se o contracto de união e proceder-se á eleição dos syndicos e commissio fiscal, como determina o art. 53 do citado decreto. Assim pede a V. Ex. deferimento. E. R. M. — Rio, 8 de agosto de 1893. — O curador, *Luiz T. de Barros Junior*. Despacho: Sim. Rio, 10 de agosto de 1893. — *Salvador Moniz*. Em virtude de cuja petição e despacho convoco os credores da massa fallida de Valerio Corrêa Netto Filho para se reunirem na sala das audiencias da Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal, á rua da Constituição n. 47, no dia 18 do corrente, á 1 hora da tarde, afim de verificarem os creditos e, approvados, assistirem á leitura do relatorio do Dr. curador fiscal, deliberarem sobre concordata, si for apresentada a respectiva proposta ou formação do contracto de união, elegendo-se syndicos e uma commissio fiscal com funções deliberatorias para liquidação definitiva da mesma massa. Advertindo que os credores ausentes poderão constituir procurador, por telegramma, cuja minuta autentica ou legalizada será apresentada ao expedido, que na transmissão, mencionará esta circumstancia, e licito a um só individuo ser procurador de diversos credores; a procuração póde ser por instrumento, particular sendo a firma reconhecida por tabelião ou pelo escrivão da fallencia, ou por dous credores commerciantes conhecidos pelo balanço, quaesquer que sejam os termos da procuração, entende-se procurador habilitado para tomar parte em todas e quaesquer deliberações desde que faça menção da firma fallida, e finalmente não comparcendo será considerado como adherente á resolução que tomar a maioria de votos dos credores que comparecerem, sendo que para a concordata, é mister que represente ella no minimo 3/4 da totalidade dos creditos sujeitos á mesma concordata. Para constar, mandei passar o presente e mais dous de igual teor, que serão publicados e affixados pelo porteiro dos auditorios no logar do costume, o qual lavrará a competente certidão, que será junta aos autos com o traslado deste. Dado e passado nesta capital aos 2 de setembro de 1893. Eu, Joaquim da Costa Leite, escrivão, o subscrevi. — *Salvador Moniz Barreto de Aragão*.

PARTE COMMERCIAL

Camara Syndical

CURSO OFFICIAL DO CAMBIO

Proças	90 d/v	à vista
Sobre Londres.....	12 1/8	11 7/8
» Pariz.....	\$788	\$805
» Hamburgo..	\$980	\$994
» Italia.....	—	\$795
» Portugal....	—	\$387
» Nova York..	—	4\$175

CURSO DOS FUNDOS PUBLICOS E PARTICULARES

Apólices	
Apólices geraes de 1:000\$, 5 %	1:017\$000
Ditas conv. de 1:000\$, 4 %	1:162\$000
Ditas do Empr. Nacional de 1889	1:295\$000

Bancos	
Banco Nacional Brasileiro	84\$500
Dito idem, v/c até o fim do mez	87\$000
Dito da Republica, 1ª serie	144\$000
Dito idem, 2ª serie	59\$000

Companhias	
Comp. Jardim Botânico	130\$000
Dita Centros Pastoraes	16\$000
Dita Melhoramentos no Brazil	23\$000

Offertas de soberanos	
Vendedor	20\$110
Comprador	20\$070

Capital Federal, 5 de setembro de 1893.—
José Claudio da Silva, syndico.

E. de Ferro Central do Brazil

Mercadorias, entradas no dia 4 de setembro de 1893 nas estações de S. Diego, Central e Maritima

		Desde 1 de mez
Café	245.146	1.089.589 kilograms.
Carvão vegetal	48.400	160.440 >
Fumo	4.800	15.140 >
Queijos	2.420	15.240 >
Toucinho	8.840	21.960 >
Diversas	12.800	50.960 >

SOCIEDADES ANONYMAS

Companhia de Seguros
Alliança

Acta n. 17

ASSEMBLÉA GERAL ORDINARIA EM 26 DE AGOSTO DE 1893

Presidencia do Illm. Sr. commendador Antonio Ferreira da Silva

A 1 hora da tarde, reunidos, no salão do edificio do Banco Commercial do Rio de Janeiro, 46 Srs. accionistas representando 5.161 accões, o Sr. director Sergio de Souza Castro e Mello abre a sessão, convidando para presidilla, de conformidade com o art. 24 dos estatutos, o Sr. commendador Antonio Ferreira da Silva, o qual, depois de tomar assento, convida para secretarios os Srs. João Pinto Ferreira Leite e Francisco José Corrêa Quintella, que foram approvados pela assembléa.

Lida a acta da sessão antecedente, foi approvada sem discussão.

Por proposta verbal do Sr. Fernando Julio da Cruz Guimarães, foi dispensada a leitura do relatório apresentado pela directoria.

O Sr. presidente convida então o Sr. João Dias Tebosa Braga, vogal do conselho fiscal, a lêr o parecer do mesmo conselho, relativo ás contas apresentadas pela directoria; feita a leitura e submettido á discussão esse parecer, juntamente com o relatório e contas, foram approvados, abstando-se de votar a directoria e conselho.

O Sr. João Pinto Ferreira Leite apresenta á consideração da assembléa, depois de algumas considerações a respeito, a seguinte proposta:

«O abaixo assignado, em virtude da carestia que evidentemente attinge a todas as classes sociaes, tornando de dia a dia mais difficil a vida nesta Capital; attendendo á insufficiencia dos primitivos vencimentos da directoria, indubitavelmente exigiu na quadra anormal que atravessamos; attendendo, ainda, que a directoria desta companhia, como as de todas as congêneres, não pôde applicar sua actividade sinão em busca dos interesses della: propõe que lhe seja augmentados 50 % mensaes sobre os seus vencimentos, a contar de 1º de julho de 1892, como gratificação de suas diligencias manifestas pelo consideravel e progressivo augmento de renda.

Outrosim, propõe que, em virtude do art. 29 dos nossos estatutos, seja elevada a por-

centagem de 10 % a 15 % sobre os dividendos, para serem igualmente divididos entre os membros da directoria.

Sala da assembléa geral da Companhia de Seguros Alliança, 26 de agosto de 1893.— O accionista, João Pinto Ferreira Leite. »

Submittida á discussão esta proposta, foi approvada unanimemente.

Esgotada a primeira parte da ordem dos trabalhos, convida o Sr. presidente os Srs. accionistas a trazer á mesa duas cedulas para a eleição do conselho fiscal e seus supplentes.

Recolhidas estas em numero de 22, procedeu-se apuração, obtendo votos para o conselho fiscal os Srs.: conselheiro Francisco de Paula Mayrink, 379; Barão de Ipanema, 379; Conrado Jacob de Niemeyer, 379; João Dias Tebosa Braga, 369; Antonio Ferreira da Silva, 339; Fernando Julio da Cruz Guimarães, 38, e João Pinto Pereira Leite, 10.

E para supplentes, os Srs.: Antonio José Bastos, João Pinto Pereira Leite, Pedro Eleuterio Barbosa de Lima, M. R. de Oliveira Real e Manoel Moreira Gomes, com 379 votos cada um.

Em vista do resultado da votação, o Sr. presidente declara terem sido reeleitos vogaes do conselho fiscal os Srs. conselheiro Francisco de Paula Mayrink, Conrado Jacob de Niemeyer, Barão de Ipanema e Antonio Ferreira da Silva e eleito o João Dias Tebosa Braga, e para supplentes os cinco senhores que obtiveram votos para este cargo.

O Sr. director Sergio de Souza Castro e Mello, em seu nome e de seus collegas, agradece á assembléa o acolhimento dado á proposta que se dignou apresentar o Sr. João Pinto Ferreira Leite; bem como ao Sr. presidente e mais membros da mesa a direcção que deram aos trabalhos da mesma, e á directoria do Banco Commercial do Rio de Janeiro a cedencia do seu salão para funcionamento da presente assembléa.

Nada mais havendo a tratar, encerra o Sr. presidente a sessão ás 2 1/4 horas da tarde. E para constar, lavrou-se esta acta, que assignam.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1893.— Presidente, Antonio Ferreira da Silva.— Secretarios: João Pinto Ferreira Leite e Francisco José Corrêa Quintella.

PATENTES DE INVENÇÃO

N. 1637—Relatorio descriptivo do apparelho denominado—The Outlet—destinado a regularisar a partida de animaes em prados de corridas, inventado pelo abaixo assignado e cuja propriedade aha-se garantida por portaria do governo federal de 13 de julho de 1892

A presente invenção consiste na collocação de quatro postes de 5^m,0, mais ou menos, de altura, fncados em cada ponto de partida, sendo dous ao longo da cerca interna e dous ao da externa, na distancia de 2^m,0 um do outro, ligados pela extremidade superior por dous varões de ferro transversaes á raia. Destes varões serão pendentes taboletas presas a dous espigões com gancho na ponta em forma de um S inclinado, corredoço nos mesmos varões.

As taboletas serão paralellas, equidistantes e em numero para tantos animaes alinhados na raia, quantos couberem, á distancia de 1^m,50 no minimo, um do outro.

Elevadas do sólo cerca de 0^m,60 a 0^m,70 ou ainda da altura do estribo do jockey, as ditas taboletas terão o comprimento de 3^m,0×2,50 ou mais de largura, quanto baste para interceptar a vista aos jockeys entre si.

Logo que estiverem collocadas as taboletas no seu devido logar, duas correntes finas, entezadas dos postes externos aos internos, irão prendendo as mesmas taboletas por aldrabas que das extremidades superiores destas se encaixarão nos elos da corrente; providencia está necessaria para firmar as taboletas e impedir que, abalando-se qualquer

dellas pelo movimento de um animal, prejudique o animal visinho.

Assim, disposto o apparelho e entrados os animaes em seus devidos logares, o juiz de partida, após ligeira revista, vendo que animaes e jockeys se acham em boa e devida forma, dará o signal convencionado e conhecido, acompanhado do grito rapido—Partam!

Atraz do apparelho, como parte integrante deste e fiscalisadora do seu bom exito, postar-se-hão, si assim for preciso, dous ou tres empregados fiscaes, convenientemente preparados para impellir á sahida qualquer animal empacador ou soffreado pelo jockey.

Incontinente, pois, soltam-se as correntes que fixavam as taboletas, afim de serem estas, além de empurradas umas ás outras, á mão, ainda lingadas e recolhidas por um molinete collocado por fóra da cerca externa, até se encostarem aos respectivos postes; aproveitando-se assim a segunda parte do S inclinado dos espigões das taboletas, para por ella passarem as correntes lingadoras das ditas taboletas, presa sómente aos espigões da primeira destas a ponta das mesmas correntes.

Realizado o pareo, nada mais resta que, emquanto outro se prepara na casa das apostas, deslocarem-se as taboletas com as competentes correntes e molinete e conduzirem-se para outro ponto de onde haja nova partida e ahí reproduzir-se o apparelho com mais ou menos taboletas, conforme o numero de animaes disputadores do premio.

Os pontos caracteristicos e constitutivos da presente invenção, que só poderão ser usados, na forma da lei, mediante prévio accordo ou consentimento do autor, são os seguintes:

1º, applicação á partida de animaes de corridas, de taboletas paralellas penduradas por espigões corredoços em varões de ferro transversaes á raia;

2º, interceptação da vista aos jockeys entre si, por meio das mesmas taboletas;

3º, deslocação facil da maior parte do apparelho para condução e armação em outro ponto de partida.

Capital Federal, 16 de agosto de 1893.— Antonio José Caetano Junior.

ANNUNCIOS

Companhia Commercial Industrial de Generos Alimenticios, em liquidação

O liquidante abaixo assignado, eleito em assembléa geral extraordinaria de 8 de abril do corrente, com poderes geraes e plenos para todos os actos ulteriores á liquidação, dados em assembléa geral de 20 de julho do mesmo anno, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo art. 159 n. 3 da lei das sociedades anonymas, convida os Srs. accionistas quites desta companhia para uma assembléa geral extraordinaria no dia 9 do corrente, ao meio-dia, em uma das salas da mesma companhia, á rua da Alfandega n. 117, sobrado.

Motiva a convocação dessa assembléa o facto de não haverem sido transferidos, nos termos de uma proposta nulla, apresentada á assembléa por um ex-credor, o activo e passivo da companhia.

Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1893.— Francisco Ferreira da Varzea.

Companhia Industrial de Instrumentos de Engenharia Nautica e Optica

De conformidade com a resolução da assembléa geral extraordinaria, realisada em 3 de dezembro de 1892, os accionistas são rogados a vir receber, do dia 3 do corrente em diante, á rua dos Ourives n. 46, das 11 horas da manhã até á 1 hora da tarde, o 2º rateio das entradas do seu capital.

Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1893.— O liquidante, Joaquim de Souza Roque.

Rio de Janeiro—Imprensa Nacional—1893